



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais, a Cruzeiro do Sul Educacional S.A. e suas controladas ("Cruzeiro do Sul", "Grupo" ou "Companhia" ou "CSED"), listadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), onde estão as empresas consideradas com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código CSED3, apresentam aqui seu Relatório da Administração, expondo os resultados operacionais e financeiros do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Este relatório é parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia, elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - incluindo a Lei das Sociedades por Ações, regras e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicadas de forma consistente no decorrer dos exercícios abrangidos. **Mensagem da Administração e expectativas estratégicas: No ano que celebramos 60 anos, alcançamos o maior Lucro Líquido contábil da história da Cruzeiro do Sul atingindo R\$ 297 milhões, 2x acima de 2024:** Em 2025, a Cruzeiro do Sul Educacional completou 60 anos, consolidando uma trajetória de crescimento sólido, sustentável e disciplinado. Desde sua origem no bairro de São Miguel Paulista em São Paulo/SP, preservamos a essência dos fundadores enquanto evoluímos para nos tornar um dos maiores grupos educacionais do Brasil. A combinação de propósito e gestão responsável permitiu o alcance de R\$ 297 milhões de lucro líquido contábil em 2025, valor 106% superior ao de 2024. O EBITDA ajustado expandiu 15%, resultando em R\$ 879 milhões, com uma margem de 31,0%. A expansão de 1,2 p.p. na margem EBITDA ajustada é reflexo das iniciativas de eficiência operacional, somado à contribuição do avanço da Medicina e do Digital no portfólio, bem como da melhoria nas ações de crédito e cobrança implementadas ao longo dos últimos trimestres que impactaram positivamente a PECLD. **Fluxo de Caixa ao Acionista 47% superior ao de 2024, atingindo R\$ 390 milhões:** No ano, alcançamos R\$ 390 milhões, representando um crescimento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete uma conversão do EBITDA ex IFRS-16 de 60%, frente a 52% em 2024. O elevado fluxo de caixa demonstra o foco da administração na gestão do negócio, com ênfase na excelência operacional, resultando em aumento do EBITDA e em conversão de caixa. Sendo assim, reforçando nossa capacidade de gerar valor no longo prazo, mesmo frente a cenários adversos. **Evolução operacional consistente, com foco na retenção do aluno e otimização de portfólio:** Com relação à evolução dos indicadores operacionais, encerramos o ano de 2025 com uma base de 572 mil alunos, representando um crescimento de 9%, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Esse avanço é resultado direto da execução consistente da nossa estratégia acadêmica e da vivência do nosso propósito de capacitar e inspirar o aluno para transformar o seu futuro e impactar a sociedade, que se traduz em maior engajamento e permanência dos nossos alunos. No presencial a base expandiu em 4% (a/a), alcançamos 92% no KPI de retenção - recorde para um semestre - e o ticket cresceu 6% vs. 2024. No ensino a distância, a base expandiu 11% (a/a), alcançamos 81% de retenção - o maior nível dos últimos 5 anos - e o ticket ficou estável vs. 2024. **Aumento de 50 vagas de Medicina na Universidade Positivo, alcançando um portfólio de 1.069 vagas (+5%) na Companhia:** Em dezembro de 2025 recebemos a autorização para aumento no número de vagas anuais ofertadas para o curso de graduação de Medicina da Universidade Positivo, no município de Curitiba/PR. O número total anual de vagas para o referido curso passou de 169 para 219 (+30%). A Medicina da Universidade Positivo possui conceito de curso máximo no MEC (5) e alcançou nota máxima (5) na primeira edição do Enamed divulgado em janeiro de 2026, figurando como líder entre as instituições privadas com fins lucrativos. **Foco no Aluno e de quem cuida do aluno: Avanços na Jornada de Transformação Digital reforçando eficiência, escalabilidade e qualidade na experiência acadêmica:** Encerramos 2025 com progressos relevantes na jornada de alunos e docentes. Evoluímos o APP Duda com novas funcionalidades, como a realização de chamada para turmas presenciais com validação por proximidade (Bluetooth) e a gestão integrada de notas, reduzindo etapas operacionais e ampliando a autonomia do estudante e do professor. Também avançamos em frentes de IA, incluindo a validação automatizada das horas complementares - 100 vezes mais rápida - e a digitalização da matrícula e do diploma, ambos com autenticação por IA, que reduziram o prazo de emissão de 18 dias para menos de um minuto, liberando nossas equipes para atividades de maior valor no atendimento humano. Outro marco foi a rematrícula automatizada, reconhecida no The Customer Summit Awards 2025 pela excelência na jornada do aluno. Esses avanços contribuíram para que a Cruzeiro alcançasse o primeiro lugar, entre as educacionais, no raking das empresas mais inovadoras no uso de TI, segundo o IT Future, reforçando nosso compromisso em integrar tecnologia, eficiência e cuidado, sustentando a consistência dos resultados ao longo do ano. **Cenário econômico:** O ano de 2025 foi marcado por crescimento econômico (PIB) de 2,3% vs. 2024, em linha com as expectativas de mercado. O principal destaque, do lado da oferta, foi o setor de serviços (+1,3% vs. 2024) e, do lado da demanda, a formação bruta de capital fixo (+2,9% vs. 2024). Cabe destacar que, apesar do contínuo crescimento da economia brasileira, o ano de 2025 trouxe desafios para as empresas e consumidores. No cenário doméstico, a taxa de juros (Selic) atingiu o patamar de 15% a.a. (+2,75pp vs 2024), maior nível desde 2016. No cenário internacional, incertezas quanto a guerras e tarifas, permaneceram afetando as expectativas dos agentes. No setor de educação, houve uma forte recuperação financeira das companhias, apoiado pelo crescimento de lucro líquido, maior geração de caixa e retorno aos acionistas. Entretanto, em maio de 2025, o MEC publicou o novo marco regulatório do EAD, por meio do Decreto nº 12.566/2025, complementado pelas Portarias MEC nº 378/2025 e nº 381/2025, que redefinem as regras de oferta dos cursos de graduação pelas IES. A principal mudança é a substituição do conceito de "modalidade" por formato de oferta, passando a existir três formatos: presencial, semipresencial e EAD. O decreto estabelece percentuais mínimos de presencialidade para cada formato, com destaque para a exigência de 70% de atividades presenciais nos cursos presenciais (100% em medicina), ao passo que o EAD passa a exigir pelo menos 10% de atividades presenciais e 10% presenciais ou síncronas mediadas, e o semipresencial combina, em regra, 30% presencial e 20% presencial ou síncrono mediado. O marco regulatório traz impactos relevantes para cursos tradicionalmente ofertados a distância, com a inclusão ou aumento na carga de presencialidade. Adicionalmente, o MEC reforçou que os cursos de medicina, direito, enfermagem, odontologia e psicologia seguem ofertados exclusivamente no formato presencial (havia enfermagem no formato a distância). Adicionalmente, diversos cursos de áreas como saúde e bem-estar, licenciaturas, educação, engenharias, ciências naturais e agrárias deixam de poder ser ofertados em EAD, sendo restritos aos formatos presencial ou semipresencial. Por fim, o novo marco impõe exigências mais rígidas de infraestrutura para sedes e polos, especialmente no caso do EAD e do semipresencial, o que tende a gerar necessidade de investimentos adicionais pelas IES. Os polos passam a precisar contar, no mínimo, com recepção, sala de coordenação, espaços para estudo individuais e coletivos, laboratórios compatíveis com os cursos ofertados e infraestrutura tecnológica adequada, incluindo internet estável e de alta velocidade. Essas exigências se aplicam de imediato à criação de novos polos e demandam revisão da estrutura dos polos já existentes, podendo exigir adequações físicas ou até a substituição de imóveis para garantir a conformidade regulatória. **Propósito e valores corporativos:** Seis pilares sustentam nossa abordagem de ensino e norteiam todos os nossos cursos, sejam presenciais ou a distância, abrangendo estudantes, docentes e a comunidade que nos cerca. Por meio deles, buscamos assegurar o sucesso do estudante, estimulando nele valores como inovação, empreendedorismo e pensamento crítico, para que se forme como cidadão preparado para vencer os desafios do mercado de trabalho. **Protagonismo do aluno** - Idealizar e realizar ações com criatividade, liderança, empatia, autonomia e responsabilidade social. Mais que um profissional, nosso aluno é um agente de transformação. **Empreendedorismo** - Potencializar as competências empreendedoras de nossos alunos, para que sejam capazes de desenvolver soluções inovadoras e gerar valor para a sociedade. Incentivamos projetos transversais e interdisciplinares, plataformas digitais e gamificadas. **Flexibilidade** - Vivenciar a flexibilidade curricular - escolha das disciplinas on-line, montagem do horário presencial, tempo e local de estudo, permitindo melhor aproveitamento e envolvimento do aluno em atividades variadas. **Formação dos formadores** - Proporcionar as melhores experiências no processo de aprendizagem, com o apoio de novas metodologias e ferramentas tecnológicas, tornando o aprendizado mais envolvente, desafiador, estimulante e transformador. **Inovação** - Estimular a inovação por meio de pesquisas científicas, promovendo um *mindset* favorável à criatividade e à inovação como base de todas as nossas iniciativas acadêmicas e de formação de talentos. **Pensamento crítico** - Oferecer suporte para a tomada de decisões equilibradas e assertivas. O pensamento crítico é essencial para a formação integral de um cidadão mais consciente (local e global). **Perfil corporativo e descrição geral do negócio:** Com mais de 60 anos de história, o Grupo Cruzeiro do Sul Educacional é um dos maiores e mais relevantes grupos de educação no Brasil, com aproximadamente 1.564 polos de educação a distância (EaD) e 28 campi de educação presencial. Atualmente, o Grupo tem mais de 572 mil alunos e mais de 7 mil colaboradores. Também está presente no Japão, por meio de dois polos EaD. A Companhia oferece cursos presenciais, semipresenciais e a distância em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior, incluindo pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), cursos livres, de extensão e idiomas. **Estratégia diversificada:** Com sede social na capital paulista, desde fevereiro de 2021 somos uma sociedade por ações de capital aberto, regida por estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis pelo Regulamento do Novo Mercado da bolsa de valores nacional, a B3. Atuamos por meio de unidades de negócio por vertical de ensino como peça relevante na estratégia de crescimento da companhia. **Presencial** - Comprometida com a educação desde 1965, a Cruzeiro do Sul Educacional consolidou-se como o quarto maior grupo de ensino do Brasil - posição de mercado com base na quantidade de alunos ativos. Com estratégia de atuação nacional multimarcas, a Companhia oferece formação acadêmico-profissional de qualidade por meio de 14 instituições de ensino superior com marcas locais reconhecidas, por meio de cursos de graduação, pós-graduação e extensão nos formatos de oferta presencial, semipresencial e a distância, voltados para jovens de diferentes classes sociais que percebem a educação como diferencial social e estão dispostos e comprometidos a investir no seu futuro. Atua também com quatro instituições de educação infantil e básica (ensinos infantil, fundamental e médio). Apresenta um processo decisório sólido e disciplinado com base em estratégia, comprometimento e execução do time de administração e acionistas, que permeiam todos os diferenciais da proposta de valor ao aluno - baseada na combinação de sua infraestrutura, com níveis elevados de qualidade acadêmica, localização e a entrega de conteúdo e suporte ao aluno -, assim como os níveis de crescimento e eficiência. **Saúde** - A principal

característica dos oito cursos de Medicina da Cruzeiro do Sul Educacional é a união da qualificação técnica e da formação humanizada, buscando desenvolver capacidades colaborativas, afetivas e empáticas nos alunos, por meio da socialização e promoção do interesse pelo conhecimento. Nosso compromisso é com a formação de excelência dos futuros médicos, por meio de metodologias de ensino aprendizagem inovadoras, centradas nos estudantes e uma infraestrutura única, que uma laboratório de simulação de alta fidelidade, parcerias com grandes hospitais e corpo docente diferenciado. Tudo isso com o respaldo de Instituições com marcas regionais fortes e de qualidade superior. Por isso, temos muito orgulho em afirmar que os nossos cursos de Medicina ocupam posições de destaque nos indicadores do ministério da educação, em rankings comparativos a instituições de ensino públicas e privadas brasileiras. **Digital** - A Cruzeiro do Sul Virtual é a nossa marca EAD de atuação nacional. A Educação a Distância da Cruzeiro do Sul Educacional está estrategicamente organizada em uma única marca de atuação nacional, a Cruzeiro do Sul Virtual. Ao todo, sete instituições da Companhia são credenciadas para o formato de oferta a distância: graduação, pós-graduação, livres e técnicos, nas mais diversas áreas do conhecimento. A Cruzeiro do Sul Virtual conta com uma rede de polos presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, além de dois polos no Japão. Todos eles mantêm o padrão de qualidade estrutural e de atendimento aos alunos exigidos pela Cruzeiro do Sul Virtual. **Ensino básico** - A criação do Colégio Cruzeiro do Sul, em 1965, iniciou a jornada do nosso grupo na transformação de vidas por meio da educação de qualidade. Atualmente, além da Instituição que deu origem ao grupo, outros quatro colégios compõem a Cruzeiro do Sul Educacional, atuando desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Todos oferecem um modelo de ensino diferenciado, atendendo às características de cada região, propiciando o desenvolvimento das competências necessárias para que os alunos façam suas escolhas de forma a se tornarem cidadãos conscientes, responsáveis e colaborativos com a sociedade em que vivem. **Estrutura societária:** Posição acionária de 31 de dezembro de 2025:

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Archy LLC	132.707.280	36,40%	132.707.280	36,40%
D2HFP - Fundo de Investimento Financeiro em Ações	85.679.880	23,50%	85.679.880	23,50%
Gama 1 FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Redmond FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Government of Singapore	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,20%
Ações em circulação	45.175.512	12,40%	45.175.512	12,40%
	364.542.552	100,00%	364.542.552	100,00%

Desempenho operacional e financeiro: Desempenho operacional: Base de alunos:

Base de alunos (em milhares)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	% Var. 25/24
Ensino Presencial	165	159	3,9%
Ensino Digital	407	367	10,8%
Total	572	526	8,7%

Encerramos o ano com um aumento do ensino Presencial e continuidade na expansão do ensino Digital, com um crescimento de 3,9% na base de alunos do Presencial e de 10,8% na base do Digital. Isso viabilizou um crescimento de 8,7% da nossa base total de alunos, em comparação ao mesmo período de 2024. **Financiamento estudantil:**

Financiamentos estudantis (em milhares)	4T25	4T24	Var.% 25/24
Base de alunos graduação total	537,8	490,9	9,5%
Alunos CREDUCSUL (sistema próprio)	-	0,1	-100,0%
% de alunos CREDUCSUL	0,0%	0,0%	-0,0 pp
Alunos FIES (sistema público)	1,5	1,6	-4,7%
% de alunos FIES	0,3%	0,3%	-0,0 pp
Alunos PRAVALER (sistema parceiro)	9,2	12,2	-24,3%
% de alunos PRAVALER	1,7%	2,5%	-0,8 pp
Total de alunos com financiamento	10,8	13,9	-22,6%
% de alunos com financiamento	2,0%	2,8%	-0,8 pp

A Cruzeiro do Sul encerrou o 4T25 com 2,0% de alunos da graduação com financiamento estudantil (CREDUCSUL, FIES e PRAVALER), em comparação a 2,8% no 4T24.

Desempenho Financeiro

Demonstração dos resultados consolidados da Cruzeiro do Sul Educacional

Demonstrações dos Resultados	4T25	4T24	25/24	2025	2024	25/24	Var.%
Receita líquida	749.091	662.721	13,0%	2.836.184	2.568.352	10,4%	
Custo dos serviços prestados	(396.602)	(357.660)	10,9%	(1.391.488)	(1.317.230)	5,6%	
Lucro bruto	352.489	305.061	15,5%	1.444.696	1.251.122	15,5%	
Margem bruta	47,06%	46,03%	1,0 pp	50,94%	48,71%	2,2 pp	
Recargas (Despesas) operacionais	(273.949)	(234.297)	16,9%	(833.471)	(781.207)	6,7%	
Despesas gerais e administrativas	(178.181)	(128.653)	38,5%	(603.993)	(512.387)	17,9%	
Depreciação e amortização	(35.764)	(32.676)	9,5%	(134.816)	(128.083)	5,3%	
PECLD (Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa)	(69.482)	(83.596)	-16,9%	(127.425)	(172.492)	-26,1%	
Outras receitas operacionais, líquidas	9.478	10.628	-10,8%	32.763	31.755	3,2%	
Lucro operacional	78.540	70.764	11,0%	611.225	469.915	30,1%	
Margem operacional	10,5%	10,7%	-0,2 pp	21,6%	18,3%	3,3 pp	
(+) Depreciação e amortização ¹	(69.226)	(64.652)	7,1%	(266.553)	(254.123)	4,9%	
EBITDA	147.766	135.416	9,1%	877.778	724.038	21,2%	
Margem EBITDA	19,7%	20,4%	-0,7 pp	30,9%	28,2%	2,9 pp	
(+) Itens não recorrentes ²	356	26.854	-98,7%	1.153	42.222	-97,3%	
EBITDA ajustado	148.122	162.270	-8,7%	878.931	766.260	14,7%	
Margem EBITDA ajustado	19,8%	24,5%	-4,7 pp	31,0%	29,8%	1,1 pp	
Resultado financeiro líquido	(63.679)	(80.753)	-21,1%	(324.206)	(323.195)	0,3%	
Receitas financeiras	34.490	19.974	72,7%	113.961	75.896	50,2%	
Despesas financeiras	(98.169)	(100.727)	-2,5%	(438.167)	(399.091)	9,8%	
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	14.861	(9.989)	-249%	287.019	146.720	95,6%	
Imposto de renda e contribuição social	19.681	196	9941,3%	9.847	(2.414)	n.a.	
Lucro líquido (Prejuízo)	34.542	(9.793)	-452,7%	296.866	144.306	###	
Margem líquida	4,6%	-1,5%	6,1 pp	10,5%	5,6%	4,8 pp	
(+) Itens não recorrentes pós EBITDA ³	(14.129)	-	-	(14.129)	-	-	
Lucro líquido ajustado	20.769	17.061	21,7%	283.890	186.528	52,2%	
Margem líquida ajustado	2,8%	2,6%	0,2 pp	10,0%	7,3%	2,7 pp	

¹ No montante de "Depreciação e amortização", considerado para fins de EBITDA (R\$69.226 mil no 4T25 e R\$64.652 mil no 4T24; R\$266.553 mil em 2025 e R\$254.123 mil em 2024), constam, além dos valores dessa rubrica no grupo de "(Despesas) e receitas operacionais" (R\$35.764 mil no 4T25 e R\$32.676 mil no 4T24; R\$134.816 mil em 2025 e R\$128.083 mil em 2024), os efeitos de depreciação de direito de uso, alocados nas demonstrações dos resultados estão alocados no grupo de "Custos dos serviços prestados" (R\$33.462 mil no 4T25 e R\$31.976 mil no 4T24; R\$131.737 mil em 2025 e R\$126.040 mil em 2024). ² Itens não recorrentes: Gastos com projetos, Gastos com M&As e Atualização nas estimativas de inadimplência. ³ Itens não recorrentes pós EBITDA: Baixa de IR/CS diferido indevido sobre reavaliação de imóveis.

Receita líquida: A Companhia encerrou ano de 2025 com uma receita líquida de R\$ 2.836,2 milhões, o que representa um aumento de 10,4% em comparação com o mesmo exercício do ano anterior, como reflexo do aumento da base de alunos consolidada (+8,7% vs. o 4T24). **Custo dos serviços prestados:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 5,6% ou R\$74,3 milhões, passando de R\$1.317,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$1.391,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Aumento está relacionado a expansão do Digital, que influencia no aumento do custo com repasse aos polos (+20% vs. 2024). Ademais, a Companhia aumentou a eficiência operacional sobre seu principal custo (Pessoal), ficando 2,8 p.p. abaixo do mesmo exercício do ano anterior, quando analisado como percentual da receita líquida. **Lucro bruto e margem bruta:** O Lucro Bruto do ano totalizou R\$ 1.444,7 milhões, representando um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, com margem bruta de 50,9% - um aumento de 2,2 p.p. em comparação com 2024. Essa expansão de margem reflete principalmente as iniciativas de eficiência operacional, sem impactar as entregas, somado à contribuição do crescimento da base nos cursos de Medicina e Digital. **Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** As despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa da Companhia reduziram 26,1%, saindo de R\$172,5 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para R\$127,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Essa redução está relacionada com a evolução do nosso modelo de cobrança e a projetos específicos realizados ao longo de 2025. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas revisaram os percentuais de perdas por faixa de vencimento. Não houve variação estatisticamente relevantes nos percentuais de perdas comparado com exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os resultados permaneceram consistentes com o histórico e com as premissas da matriz de provisão. Assim, para 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve os percentuais de perda, uma vez que as análises quantitativas e qualitativas não apontaram deterioração no risco de crédito. **Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 17,9%, atingindo R\$ 604,0 milhões no exercício

findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$512,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento é resultado, principalmente, do avanço de projetos voltados à área da tecnologia passando de "capex" para "opex" (R\$ 11,3 milhões) e pelo aumento pontual nas despesas com consultorias ao longo do ano no montante de R\$ 12,6 milhões, em virtude da ativação de pagamentos de *success fee* relacionados às consultorias que vêm apoiando a evolução do nosso modelo de cobrança e projetos específicos com foco em eficiência.

EBITDA ajustado (em milhares de reais, exceto %)	4T25	4T24	25/24	2025	2024	25/24	Var.%
EBITDA	147.766	135.416	9,1%	877.778	724.038	21,2%	
Margem EBITDA	19,7%	20,4%	-0,7 pp	30,9%	28,2%	2,8 pp	
(+) Atualização das estimativas de inadimplência (<i>one-off</i>)	-	20.078	-100,0%	-	20.078	-100,0%	
(+) Despesas com projetos e M&A	356	3.363	-89,4%	1.153	18.731	-93,8%	
(-) Itens não recorrentes	356	26.854	-98,7%	1.153	42.222	-97,3%	
EBITDA ajustado	148.122	162.270	(8,7%)	878.931	766.260	14,7%	
Margem EBITDA ajustado	19,8%	24,5%	-4,7 pp	31,0%	29,8%	1,2 pp	

O EBITDA Ajustado em 2025 totalizou R\$ 878,9 milhões, representando uma expansão de 14,7% em relação a 2024, com margem EBITDA Ajustada de 31,0%. A expansão em 1,2 p.p. na margem EBITDA ajustada do exercício é resultado do avanço em 2,2 p.p. na margem bruta e da redução da PECLD de 26,1%, reflexo da melhoria nas ações de crédito e cobrança implementadas ao longo dos últimos trimestres e da melhora de eficiência nos gastos com marketing no período. **Resultado financeiro: Receita financeira:** As receitas financeiras apresentaram aumento de 50,2%, passando de R\$75,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 para R\$114,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento deve-se substancialmente ao maior rendimento de aplicações financeiras devido ao aumento do saldo de caixa investido em 2025 comparado com 2024. **Despesa financeira:** As despesas financeiras apresentaram um aumento de 9,8%, passando de R\$999,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$438,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocasionado pelo aumento nos encargos financeiros sobre as debêntures (três novas emissões de debêntures pela Controladora em 2025). **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social da Companhia apresentou uma melhora de R\$ 12,3 milhões, devido à baixa do saldo de IR/CS diferido sobre reavaliação de imóvel. **Lucro líquido ajustado:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 283,9 milhões, valor 52,2% acima do registrado em 2024, com margem de 10,0% (+2,7 p.p. vs. 2024), como resultado da expansão do EBITDA no exercício. **Balanco patrimonial:**

Balanco Patrimonial (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Var.% 25/24
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	808.247	555.331	45,5%
Contas a receber	204.074	191.012	6,8%
Tributos a recuperar	19.396	12.594	54,0%
Outros créditos	44.279	88.582	-50,0%
Total do ativo circulante	1.075.996	847.519	27,0%
Não circulante			
Contas a receber	56.998	28.692	98,7%
Depósitos judiciais	19.375	24.933	-22,3%
Tributos a recuperar	2.192	-	100,0%
Outros créditos	40.785	27.425	48,7%
Tributos diferidos	120.251	114.345	5,2%
Investimentos	44	146	-69,9%
Imobilizado, líquido	581.125	585.068	-0,7%
Direito de uso	907.740	1.062.601	-9,9%
Intangível, líquido	1.926.105	1.938.758	-0,7%
Total do ativo não circulante	3.654.615	3.721.968	-1,8%
Total do ativo	4.730.611	4.569.487	3,5%

Balanco Patrimonial (em milhares de reais, exceto %)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	Var.% 25/24
Passivo			
Circulante			
Debêntures	129.437	172.311	-24,9%
Fornecedores	120.150	80.765	48,8%
Obrigações com partes relacionadas	3.905	3.421	14,1%
Obrigações trabalhistas	141.263	121.815	16,0%
Obrigações tributárias	12.781	63.221	-15,1%
Adiantamentos de clientes	63.215	72.805	-13,2%
Passivo de arrendamento	149.215	128.610	16,0%
Obrigações por aquisição de participações societárias	17.192	260.887	-93,4%
Receita diferida	722	722	0,0%
Outras contas a pagar	7.557	7.605	-0,6%
Total do passivo circulante	705.437	912.162	-22,7%
Não circulante			
Debêntures	1.235.078	851.097	45,1%
Obrigações trabalhistas	6.049	3.159	91,5%
Obrigações tributárias	91.082	105.625	-13,8%
Tributos diferidos	-	14.897	-100,0%
Provisão para demandas judiciais	59.742	56.291	6,1%
Passivo de arrendamento	1.001.390	1.098.008	-8,8%
Obrigações por aquisição de participações societárias	31.891	45.078	-29,3%
Receita diferida	7.341	8.063	-9,0%
Outras contas a pagar	1.946	4.318	-54,9%
Total do passivo não circulante			

→ continuação

CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.

Relatório da Administração

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$132,7 milhões, ou 18,5%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao mesmo período de 2024. Essa variação deu-se, principalmente, pelo crescimento operacional no exercício somado a gestão eficiente de caixa. **Principais premiações, reconhecimentos e certificações:** Em 2025, a CSED foi contemplada com prêmios e certificações que ratificam os investimentos de longo prazo na tríade ensino, pesquisa e extensão - refletidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como de indicadores de qualidade que destacam as IES da CSED como um dos principais grupos educacionais do Brasil. **Times Higher Education World (THE):** Nossas Universidades, Universidade de Franca (UNIFRAN), Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e Universidade Positivo (UP), tiveram menção neste ranking dentre as instituições particulares brasileiras, do grupo britânico *Times Higher Education World (THE)*. **Times Higher Education LATAM: O Latin America University Rankings 2026** utiliza a estrutura dos indicadores do *THE World University Rankings*, porém com pesos ajustados para refletir as características específicas das universidades latino-americanas. Participantes da América Latina em 2025/26: 223 instituições de 16 países ou territórios. O ranking avalia nas IES: **Ensino** (o ambiente de aprendizagem); **Ambiente de pesquisa** (volume, receita e reputação); **Qualidade da pesquisa** (força da pesquisa, excelência da pesquisa e influência da pesquisa); **Perspectiva internacional** (equipe, alunos e pesquisa); **Indústria** (rendimentos e patentes). A UNICID aparece na lista como a 3ª IES privada no estado de São Paulo e a 6ª IES privada no Brasil, seguido da UNICSUL, em 7ª lugar e da UP, em 9ª lugar. **THE ODS:** Classifica as melhores universidades em sustentabilidade com o *Times Higher Education Impact Rankings 2025*, com base em seu progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Participantes em 2025: 2.526 universidades de 130 países ou territórios. Destaque para a UP que aparece em 4º lugar no Brasil, dentre as IES privadas, seguido da UNICSUL em 7º lugar, UNICID em 10º lugar e UNIFRAN, em 11º lugar. **THE Interdisciplinar de Ciências:** Participantes em 2025/2026: 911 instituições de 94 países ou territórios. Reconhece as melhores universidades em ciências interdisciplinares. Este projeto, desenvolvido em parceria com a *Schmidtt Science Fellows*. A UNIFRAN surge como primeira IES Privada nesse *ranking*. **UI GreenMetric:** A 15ª edição do *ranking UI GreenMetric* se consolida como o principal sistema global para avaliar o desempenho em sustentabilidade no ensino superior. O ranking baseia-se em uma pesquisa online sobre políticas e práticas atuais relacionadas à sustentabilidade, com foco em áreas como mudanças climáticas, energia limpa, conservação da água, reciclagem, transporte sustentável e educação. Participantes em 2024: 1477 (IES) instituições de 105 países. • UNIPÉ - o melhor ranking de uma IES privada do Nordeste. • 8 Novas IES nesse ranking, totalizando 9 IES do Grupo Cruzeiro do Sul entre as 60 IES avaliadas no Brasil (geral).

Classificação Mundial	Classificação País	Instituição de ensino superior
925	28	Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÉ
1127	33	Universidade Positivo - UP
1416	42	Universidade Cidade de São Paulo - UNICID
1518	46	Centro Universitário do Distrito Federal - UDF
1590	50	Centro Universitário Módulo
1650	55	Centro Universitário - FSG
1672	56	Universidade Braz Cubas
1692	59	Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL
1737	60	Centro Universitário Cesuca

SCImago Institutions Rankings (SIR): Uma de nossas universidades foi classificada no ranking que avalia as instituições de ensino, bem como as evidências de seus desempenhos em pesquisa, inovação e impacto social. A Universidade Positivo (UP) se posicionou entre as melhores da América Latina.

IES	Geral	Brasil (IES)
UP	8744	405

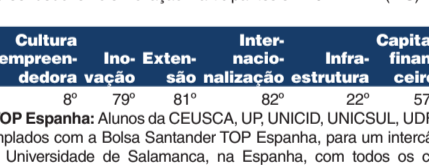
Ranking Web of Universities (webometrics): O *Ranking Web of Universities* publicado em 2025 com dados de acesso público das universidades. A última edição inclui 9.756 instituições de ensino superior de todo o mundo. O *ranking* se baseia em indicadores bibliométricos. Os resultados das instituições de ensino da CSED foram:

IES	Rank
Universidade Cruzeiro do Sul - UNICSUL	2345
Universidade Positivo - UP	2357
Universidade Cidade de São Paulo - UNICID	2360
Universidade de Franca - UNIFRAN	2853
Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÉ	3508
Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG	3603
Centro Universitário do Distrito Federal - UDF	3713
Centro Universitário Braz Cubas	3742
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio - CEUNSP	4394
Centro Universitário Módulo	4970
Centro Universitário CESUCA	5068

Uniranks: O *UNIRANKS* é uma plataforma de classificação de universidades que avalia instituições de ensino superior com foco em transparência, dados centrados no aluno e uma abordagem 360 graus. Diferente de rankings focados apenas em pesquisa, o *UNIRANKS* utiliza uma metodologia "*Open-Rank*" baseada em dez pilares principais. Participantes em 2025: 37.416 registros de universidades globalmente. Destas, 14.339 universidades foram verificadas e oficialmente classificadas.

IES	Classificação	Pontuação
UNICSUL	2.826	60,78
UNICID	5.053	46,99
UNIFRAN	6.364	41,85
UP	3.304	57,82
UDF	8.874	34,70
CEUNSP	12.997	26,87
UNIPÉ	11.653	29,40
FSG	13.403	26,14
BRAZ CUBAS	11.360	29,98

RUF (Folha): O *Ranking Universitário Folha - RUF* é uma avaliação do ensino superior realizada anualmente e publicada sempre no mês de setembro. A metodologia é inspirada em rankings internacionais de universidades e conta com cerca de 400 referências para revisão de literatura de avaliação de ensino superior. Participantes em 2025: 195 IES. Os dados que fazem parte dos indicadores de avaliação do RUF são coletados por uma equipe da Folha em bases do Censo da Educação Superior Inup - MEC, Enade, Inpi, SciELO, em agências de estímulo à ciência e em pesquisas nacionais exclusivas realizadas pelo Datafolha.



Ranking de IES Empreendedoras: O *Ranking* de IES Empreendedoras, organizado pela Brasília Júnior, é a principal referência no Brasil para avaliar instituições de ensino superior (IES) em empreendedorismo e inovação. Participantes em 2024: 1477 (IES) instituições de 105 países.

IES	Cultura empreendedora	Inovação	Extensão	São nalização	Infra-estrutura	Capital financeiro	Ranking geral
UNIFRAN	8º	79º	81º	82º	22º	57º	54º

Santander TOP Espanha: Alunos da CEUSCA, UP, UNICID, UNICSUL, UDF e UNIFRAN foram contemplados com a Bolsa Santander TOP Espanha, para um intercâmbio de três semanas na Universidade de Salamanca, na Espanha, com todos os custos pagos.

AD Scientific Index: O *AD Scientific Index (Alper-Doger Scientific Index)* é um sistema de classificação que avalia o desempenho acadêmico e a produtividade de cientistas e instituições de ensino superior em todo o mundo. Diferentemente de outros *rankings* que podem focar em citações totais ao longo da carreira, o *AD Scientific Index* também considera a produtividade dos últimos cinco anos, buscando refletir o impacto mais recente da pesquisa. Abaixo, os resultados da classificação:

IES	País	Mundo	Nº pesquisadores entre os 10% melhores	Nº pesquisadores entre os 30% melhores
BRAZ CUBAS	554	20.861	0	0
CESUCA	482	18.007	0	0
CEUNSP	521	19.412	0	0
UNICSUL	79	2.647	11	42
FSG	418	15.851	0	1
MÓDULO	483	18.010	0	1
UDF	281	10.485	0	2
UNICID	119	4.032	5	16
UNIFRAN	88	2.989	9	29
UNIPÉ	320	11.681	0	21
UP	137	4.687	3	21

25º Congresso Nacional de Iniciação Científica: Nossos estudantes participaram do Congresso Nacional de Iniciação Científica promovido pelo SEMESP e obtivemos alguns resultados importantes: Em 2025, o congresso trouxe uma novidade, a premiação de três trabalhos em cada área de ambas as categorias, totalizando 19 prêmios. 4 trabalhos foram destaque nesse encontro: 2 da UNIFRAN e 2 da UNICID. Da avaliação geral, temos: • 3 pesquisas em destaque da UNIFRAN; • 5 pesquisas em destaque da UNIFRAN; • 3 pesquisas em destaque da CS; • 1 pesquisa em destaque da UNIPÉ; • 1 pesquisas em destaque do CEUNSP. **Crescimento Orgânico da Companhia: Regulação: Indicadores de qualidade:** Nos últimos anos, a Companhia consolidou de forma expressiva sua estratégia de crescimento orgânico e o fortalecimento dos indicadores de qualidade acadêmica. O ano foi marcado pela expansão do portfólio de cursos, pela manutenção de sólidos conceitos institucionais e pela conquista de notas de excelência nas avaliações do Ministé-

rio da Educação - MEC. Em 2025, a CSED avançou de maneira consistente, com importantes ampliações: ✓ Início de 6 novos cursos presenciais; ✓ Oferta de 302 novos cursos semipresenciais, autorizados dentro do contexto do Novo Marco Regulatório. No total, um portfólio robusto composto por 1.328 cursos superiores de graduação ativos, distribuídos e ofertados nos seguintes formatos: ✓ 558 cursos presenciais; ✓ 302 cursos semipresenciais; ✓ 468 cursos EAD. Esse movimento reforça a relevância do Grupo como um dos maiores ecossistemas educacionais do país, com atuação diversificada e alinhada às demandas regulatórias e de mercado. **Destques nas avaliações e nos indicadores de qualidade do MEC: IGC - Índice Geral de Cursos:** Embora os resultados do IGC de 2024 e 2025 ainda não tenham sido publicados pelo MEC, o ciclo mais recente disponível (2023) demonstra a consistência e a qualidade da atuação institucional: • IGC 4 conquistado pelas instituições CESUCA e FSG Bento Gonçalves, comprovando o desempenho acadêmico acima da média nacional. • Demais instituições da CSED com IGC 3 - conceito considerado satisfatório pelo MEC. Esse resultado reafirma a solidez acadêmica e a eficácia dos processos de governança educacional. **Conceito Preliminar de Curso - CPC:** No ciclo de 2023, 85,4% dos cursos superiores da CSED obtiveram CPC satisfatório - conceitos 3, 4 ou 5. Os resultados de 2024 ainda aguardam publicação devido a ajustes no cronograma do MEC. **Conceito de Curso - CC:** Em 2025, foram realizados 121 processos de avaliação pelo Ministério da Educação e os resultados foram resultados positivos, reforçando a qualidade e a excelência acadêmica: • 90,9% dos cursos alcançaram CC 4 ou 5 - faixas consideradas de excelência. • O curso de Medicina ofertado pelas IES relacionadas a seguir, obtiveram a Renovação de Reconhecimento com Conceito Máximo - 5: ✓ POSITIVO; ✓ UNICID; ✓ UNIFRAN; ✓ UNIPÉ. Esses resultados reforçam a qualidade pedagógica, a infraestrutura diferenciada e a solidez dos processos acadêmicos. Quanto ao Reconhecimento Institucional, os processos protocolados no MEC tiveram sua vigência prorrogada até o Calendário Regulatório de 2027, conforme as regras de transição estabelecidas pelo novo marco regulatório da educação superior. Essa medida garante segurança jurídica e estabilidade operacional às instituições. A CSED mantém compromisso com a avaliação e melhoria contínua de todos os seus processos, além de um acompanhamento sistemático e rigoroso de todos os indicadores internos e externos de qualidade, assegurando: • Excelência acadêmica consistente; • Evolução permanente dos cursos ofertados; • Instituições de Ensino com padrões diferenciados em sua infraestrutura; • Adequação aos melhores padrões regulatórios do país. Todos os resultados conquistados junto ao MEC refletem nossa missão de ofertar educação de alto impacto, alinhada aos referenciais do MEC e às expectativas da sociedade, trazendo o aluno e o docente ao centro do nosso propósito. **Pesquisa e desenvolvimento:** Reconhecidos por sua excelência na produção científica, os docentes pesquisadores das IES da CSED atuam de forma integrada na pós-graduação stricto sensu e na graduação, desenvolvendo pesquisas de alta qualidade e orientando dissertações, teses e projetos acadêmicos e participando ativamente de ações de extensão. Essa estrutura consolida um ecossistema de ensino, pesquisa e inovação capaz de formar profissionais altamente qualificados, cidadãos socialmente responsáveis e lideranças preparadas para atuar em contextos globais complexos. Trata-se de um modelo acadêmico que gera impacto direto na reputação institucional, na atração de talentos e na valorização da marca educacional. A presença de professores pesquisadores em sala de aula garante aos estudantes acesso contínuo a conhecimento atualizado, baseado em evidências científicas e em práticas de investigação de ponta. Esse diferencial eleva a qualidade da formação, fortalece o pensamento crítico e cria um ambiente propício à inovação. A inserção precoce de estudantes da graduação em projetos de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico amplia a retenção de talentos, estimula vocações acadêmicas e contribui para a formação de profissionais com perfil analítico, criativo e empreendedor, competências altamente valorizadas pelo mercado de trabalho. Os discentes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, participam regularmente de seminários acadêmicos, grupos de pesquisa e eventos científicos nacionais e internacionais. Essa dinâmica consolida uma cultura institucional orientada por excelência, colaboração interdisciplinar e internacionalização, e prepara os estudantes para ambientes profissionais competitivos e para cadeias globais de produção de conhecimento e inovação. O impacto internacional dos programas, fortemente alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tem gerado reconhecimento global e fortalecido a posição das IES da CSED em *rankings* internacionais de referência, como *THE Impact Rankings*, *The Latin America Rankings*, *RUF* e *Green Metrics*, entre outros. Esse desempenho traduz-se em ativos reputacionais estratégicos, ampliando visibilidade institucional, capacidade de captação de parcerias e posicionamento competitivo no setor educacional. A relevância das pesquisas desenvolvidas impulsiona a formação de parcerias nacionais e internacionais de alto nível, e possibilita mobilidade acadêmica, cooperação científica e transferência de conhecimento. Essas conexões ampliam o acesso a redes globais de inovação, fortalecem a empregabilidade dos egressos e geram resultados positivos para o ecossistema produtivo, tecnológico e social. Para investidores, esse ambiente representa um ativo intangível de alto valor: combina geração contínua de conhecimento, fortalecimento da marca institucional, impacto social mensurável e potencial de inovação com retorno reputacional e estratégico de longo prazo. Esse ambiente favorece de forma consistente a captação de recursos externos por meio de agências de fomento, fundos de inovação e contratos de pesquisa aplicada com empresas, ampliando a sustentabilidade financeira dos programas e fortalecendo a conexão direta entre universidade e setor produtivo. Temas de relevância como agricultura, saúde, biotecnologia e energias são constantemente abordados em nossas pesquisas. Conheça algumas das atividades desenvolvidas pelos docentes dos programas de pós-graduação stricto sensu - mestrado e doutorado - do Grupo Cruzeiro do Sul em 2025: • PIBPG/CNPq 2026: todas as solicitações de bolsas do grupo aprovadas preliminarmente (R\$ 1.038.777,60), reforçando fomento à pós-graduação. Rankings internacionais: • UNIFRAN no *Interdisciplinary Science Rankings 2026* (faixa 600-800) e melhor privada do Brasil no indicador; UP e Cruzeiro do Sul com "dados reportados". • Unicid, Cruzeiro do Sul, Unifran e UP classificadas no *THE Latin America 2026* (Unicid 101-125; as demais 151+). • 9 IES no *UI GreenMetric 2025*; UNIPÉ é destaque do grupo e melhor privada do Nordeste, com avanço significativo na posição. Grandes projetos FAPESP & cooperação internacional: • Projeto Temático FAPESP (Interdisciplinar em Ciências da Saúde/PMESP): biomarcadores, intervenção multidisciplinar (6 meses) e diretrizes de políticas públicas para forças de segurança. • FAPESP + NHMRC (Austrália): adaptação/implementação de programa digital de exercícios no SUS para idosos (parceria UNICID-Univ. de Sydney), com potencial de escala nacional. • Acesso estratégico à informação científica: UNICID habilita Portal de Periódicos CAPES via PADICT (resultado da nota 5 CAPES nos PPGs), ampliando o suporte à pesquisa. • Inovação clínica e visibilidade midiática: leia cirurgia robótica pioneira na América Latina (UP), abrindo novas parcerias com Cruz Vermelha e governo estadual. Internacionalização (mobilidade e redes): • Bolsas sanduiche e estágios internacionais (Turquia/ODonto; Portugal/Projeto WAGE; Chile - doutoranda ICS; várias cotas aprovadas). • Cotutela e dupla titulação (Unifran-Univ. Pública de Navarra), com produção científica associada. • Integração à Cátedra Brasil-Espanha (UDF) e participação em clusters/governanças de inovação regionais (ex.: Vale do Pinhão - UP). Excelência científica e reputação: • UNICID entre as 3 universidades mais influentes do mundo em pesquisa sobre dor lombar; prof. Leonardo Costa no topo de publicações da área. • Pesquisadores do grupo ranqueados entre os Top 2% Stanford (ex.: Pedro H. R. S. Moraes - UNICID). Integração e capilaridade da pós: • ENIC (Cruzeiro do Sul + UNICID), CONIC com trabalhos premiados (Unifran e UNICID), e I Encontro de Integração dos PPGs (Cruzeiro do Sul + UP) fortalecendo ecossistema Stricto Sensu. • Disciplina de PG aberta a todo o grupo (Biologia Molecular/Unifran) e curso de escrita científica com a ACS Publications. Projetos com impacto social e ambiental: • Banco de doadores de sangue para pets (Unifran) - resposta à lacuna regional e formação prática em transfusão veterinária. • Pesquisas agroambientais com potencial de transferência (nanogéis para sementes; aproveitamento sustentável de sementes de lichia; políticas ambientais e governança no PR). • Estratégias sustentáveis de manejo de pragas no café, integrando controle biológico, ecologia química e avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre herbívoros e seus inimigos naturais.

Item	Total
Grupos de pesquisa científica e tecnológica certificados pelo CNPq	155
Professores/pesquisadores bolsistas produtividade CNPq	42
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top 10.000 mundo)	1
Professores/pesquisadores entre os melhores e mais influentes cientistas (<i>AD Scientific Index</i> - Top 10.000 Brasil)	36

Foram publicados 3.461 trabalhos científicos em periódicos nacionais e internacionais no último quadriênio (2021 - 2024). **Pós-graduação: formação de excelência:** Temos o orgulho de promover a formação e a qualificação de profissionais, cientistas e professores que passam pelos nossos cursos de pós-graduação e se tornam multiplicadores na geração de conhecimento em outras instituições de ensino superior dentro e fora do Brasil, bem como no setor privado. Os professores pesquisadores do Cruzeiro do Sul Educacional formaram, em 2025, um total de 130 mestres e 44 doutores. Apresentamos, a seguir, os dados por instituição.

Instituição de ensino	Mestres titulados	Doutores titulados
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÉ)	15	–
Centro Universitário do Distrito Federal (UDF)	19	–
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	2	–
Universidade Cruzeiro do Sul	18	7
Universidade de Franca (UNIFRAN)	54	26
Universidade Positivo (UP)	22	11
Total	130	44

Governança corporativa: Desde a abertura de capital da Companhia, em 2021, as famílias fundadoras atuam de forma estratégica na governança, com participação no Conselho de Administração e em seus Comitês de Assessoramento. O Conselho reúne-se trimestralmente e, sempre que necessário, de forma extraordinária. O Conselho sempre-membro, com a Diretoria ou com os Comitês de Assessoramento, assegurando a preservação dos valores que norteiam os negócios e sustentam a trajetória de crescimento da Companhia. Com foco no aprimoramento contínuo da governança e da eficiência operacional, a Companhia está organizada em três unidades de negócios: Presencial, Digital e Saúde. Adicionalmente, conta com uma Vice-Presidência de Excelência Acadêmica e Relações Institucionais. Esse modelo de gestão, baseado em lideranças especializadas, contribui para maior agilidade na tomada de decisões e para o atendimento às demandas do mercado e dos clientes. Em 16 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração elegeu, de forma interina, o Sr. Renato Padovese para o cargo de Diretor Presidente. O novo Diretor Presidente é membro do Conselho de Administração, integra uma das famílias fundadoras e possui mais de três décadas de atuação na instituição, tendo exercido anteriormente a função de Codiretor Presidente em 2021. No mesmo exercício, o Conselho de Administração, como responsável por definir os valores e princípios éticos da Companhia e por zelar pela transparência nas relações com stakeholders, reforçou a estrutura de governança da Companhia por meio do fortalecimento da área de Compliance, que passou a se reportar direta-

mente ao Comitê de Auditoria Estatutário. Adicionalmente, foi instituída uma Secretaria de Governança Corporativa independente, com reporte direto ao Conselho, ampliando a transparência e o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A composição do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria é baseada na indicação de profissionais qualificados, com experiência técnica, profissional e acadêmica comprovada, em alinhamento à Missão, Visão, Valores e Cultura da Companhia. O processo de indicação considera critérios como complementaridade de competências, formação acadêmica, disponibilidade e diversidade. Há também processo de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria, conforme previsão do item 7.1 do Formulário de Referência da Companhia. As avaliações abrangem tanto a avaliação do órgão quanto a avaliação individual. Utilizamos avaliações objetivas e subjetivas: a primeira pode resultar do cumprimento de metas anuais e a segunda é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinada pelo Conselho de Administração. Essas avaliações ocorrem anualmente e, de acordo com os resultados, são implementados planos de ação para aprimorar o funcionamento dos órgãos. **Conselho de Administração:** O Conselho de Administração da Companhia pode ser composto por, no mínimo, 9 (nove) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos, sendo 1 (um) designado como Presidente do Conselho de Administração e os demais como Conselheiros. Todos são eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral, com mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, conforme o atual Estatuto Social da Companhia. Atualmente, é composto por 9 (nove) Conselheiros, dos quais 3 (três) são Conselheiros Independentes, representando 33% de sua composição. Dos membros do Conselho, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, devem ser Conselheiros Independentes, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. O órgão se reúne, ordinariamente, dez vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que os negócios e interesses sociais da Companhia assim o exigirem, com o suporte da diretoria e dos comitês da Companhia. O Conselho tem como atribuições definir o direcionamento estratégico da Companhia para o curto, médio e longo prazos, estabelecer Missão, Visão e Valores, aprovar políticas corporativas e zelar pela ética e transparência nas relações com os acionistas e demais *stakeholders*. Além disso, supervisiona a gestão de riscos e fiscaliza a conformidade com normas regulatórias, promovendo boas práticas de governança. Para seu assessoramento, o Conselho dispõe do Comitê de Auditoria Estatutário e tem a prerrogativa de criar Comitês de Assessoramento para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, sempre no intuito de assessorá-lo em suas atribuições. O Conselho conta ainda com os comitês de Finanças e M&A e de Pessoas. **Comitê de Auditoria Estatutário:** Órgão de assessoramento, estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por dois Conselheiros independentes e um membro externo (Coordenadora). O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenador).

O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenador). O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenador). O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenador).

O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenadora). O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenadora).

O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenadora).

O Comitê de Auditoria se reúne ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, tendo como principais responsabilidades: • Opinar sobre a contratação de auditoria independente; • Supervisionar as atividades dos Auditores Independentes; • Coordenar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna; • Monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; • Avaliar e monitorar as exposições a risco da Companhia; • Supervisionar a qualidade dos controles internos; • Acompanhar e monitorar o canal de denúncias e os processos correlatos; • Avaliar e monitorar as transações com partes relacionadas; e • Reportar ao Conselho suas atividades, resultados, conclusões e recomendações encaminhadas à Administração. **Comitê de Finanças e M&A:** Órgão de assessoramento, não estatutário, diretamente vinculado ao Conselho de Administração, pode ser composto por até cinco membros efetivos, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração para mandatos unificados de dois anos, sendo permitida a reeleição. É composto atualmente por três Conselheiros e um membro externo (Coordenadora).

	2025			2024		
Cargos	Feminino Qtde. %	Masculino Qtde. %	Total Qtde. %	Feminino Qtde. %	Masculino Qtde. %	Total Qtde. %
Acadêmico	2.519 57,0%	1.903 43,0%	4.422	2.435 55,8%	1.925 44,2%	4.360
Suporte	1.687 58,3%	1.206 41,7%	2.893	1.757 59,3%	1.205 40,7%	2.962
Liderança	167 58,0%	121 42,0%	288	135 52,5%	122 47,5%	257
Operacional	31 39,2%	48 60,8%	79	40 50,6%	39 49,4%	79
Alta Gestão	31 39,2%	48 60,8%	79	40 50,6%	39 49,4%	79
Total	4.404 57,3%	3.278 42,7%	7.682	4.367 57,0%	3.291 43,0%	7.658

(II) quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração;

	2025			2024		
Cargos	Feminino Qtde. %	Masculino Qtde. %	Total Qtde. %	Feminino Qtde. %	Masculino Qtde. %	Total Qtde. %
Diretoria	– 0,0%	3 100,0%	3	– 0,0%	3 100,0%	3
Estatutária	– 0,0%	3 100,0%	3	– 0,0%	3 100,0%	3
Conselho Ad-ministração	1 11,1%	8 88,9%	9	1 11,1%	8 88,9%	9
Total	1 8,3%	11 91,7%	12	1 8,3%	11 91,7%	12

(III) o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia.

	2025		2024			
Cargos	Feminino Fixa Variável	Masculino Fixa Variável	Feminino Fixa Variável	Masculino Fixa Variável		
Acadêmico	98,9%	1,1% 98,9%	1,1%	97,9%	2,1% 97,5%	2,5%
Suporte	95,9%	4,1% 95,1%	4,9%	96,8%	3,2% 94,9%	

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

concedores, outras contas a pagar e debêntures. **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 7. **2.6. Investimentos em controladas:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre seu investimento em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício. Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado. **2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Ativo	Prazo
Acesso bibliográfico	10 anos
Equipamento de informática	05 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benefitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 03 a 20 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos. (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que varia em torno de 03 a 20 anos. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.8. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. **A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo	Prazo
Carteira de clientes	04 a 09 anos
Marcas	25 anos a 25 anos e meio
Licenças MEC	Indefinida
Cláusulas de não concorrência	05 anos
Polos de ensino	04 anos e 05 meses a 14 anos e 01 mês
Produção de materiais - EaD	04 anos
Softwares	Até 05 anos

Valorização da carteira de clientes: A valorização da carteira de clientes foi estimada através do método de fluxo de caixa descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa desses alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para a geração desse resultado. **Licenças MEC:** As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. Esse método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando a geração de fluxos de caixa atual e outro, uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na Nota 12.3.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases contatativas, entre partes concededoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos descritos a seguir. **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2025, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2025. **Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida:** Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.10. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamentos e ativos de direito de uso, que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.9. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação, que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data-base de reajuste dos aluguéis) e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início, porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma modificação na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.11. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.12. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Plano de remuneração baseado em ações:** Os executivos da Companhia podem receber remuneração que são baseadas em ações (líquidáveis em dinheiro). Os valores relativos à remuneração baseada em ações, líquidáveis em caixa, são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *units* no período de aquisição ao direito de exercício. O valor justo desse passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação de resultados trimestrais e anuais, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício pelos beneficiários. **2.13. Adiantamentos de clientes:** São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com Clientes. **2.14. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam o cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação. **2.15. Receita diferida:** Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a Norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que, nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil, e sim como um retro arrendamento do imóvel. A operação de *sale and leaseback* resultou em um ganho auferido na transação, e, à luz da norma, esse ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento. **2.16. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: • quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; • quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; • quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; • quando o contrato possuir substância comercial; • quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da Companhia. **Prestação de serviços:** As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados. **2.17. Receitas financeiras e despesas financeiras:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros está inclusa na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3. Avaliação das informações por segmento:** Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um

público diverso e entregues em formatos diferentes, como campi e polos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão relacionados a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas, no curso normal dos negócios, a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final. Conforme exposto, não é possível garantir que essas autoridades não atuarão a Companhia e suas controladas, nem que essas atuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais. **Tributos:** Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. **Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar empréstimos os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e o custo e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer). **5. Combinação de negócios: 5.1. FAPI - Centro de Ensino Superior de Pinhais:** A Companhia, através de sua controlada indireta Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("CESPO"), realizou em junho de 2024 o acordo de investimento com os acionistas do Centro de Ensino Superior de Pinhais Ltda. ("FAPI"), para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total da empresa investida, com assunção do controle a partir de 12 de junho de 2024. A aquisição foi motivada pelo interesse da Companhia em expandir sua operação de medicina. O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Pago na data do fechamento	161.256
Ajuste de preço (i)	2.522
Parcela retida	21.312
Total da contraprestação	185.090

(i) Em 10 de outubro de 2024, houve o ajuste de preço da aquisição. **Alocação do valor justo:** Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas. Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 12 de junho de 2024:

Descrição	Posição em 30/06/2024	Revisão da alocação	Alocação final
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	3.340	–	3.340
Contas a receber	729	–	729
Tributos a recuperar	95	–	95
Outros créditos	186	–	186
Contas a receber	503	–	503
Depósitos judiciais	37	–	37
Imobilizado, líquido	791	–	791
Intangível, líquido	–	–	–
Licença MEC	–	215.792	215.792
Direito de uso	7.375	–	7.375
	13.056	215.792	228.48

Passivos			
Fornecedores	(208)	–	(208)
Obrigações trabalhistas	(665)	–	(665)
Obrigações tributárias	(205)	–	(205)
Adiantamentos de clientes	(1.693)	–	(1.693)
Obrigações de arrendamento mercantil	(1.173)	–	(1.173)
Outras contas a pagar	(15.025)	–	(15.025)
Obrigações com partes relacionadas	(12.966)	–	(12.966)
Obrigações tributárias	(3.877)	–	(3.877)
Provisão para demandas judiciais	(1.744)	–	(1.744)
Obrigações de arrendamento mercantil	(6.202)	–	(6.202)
	(43.758)		(43.758)
Total de ativos identificáveis líquidos	(30.702)	215.792	185.090
Ágio	215.792	(215.792)	–
Total da contraprestação	185.090	–	185.090

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadão.com.br/publicacoes/>

→ continuação
Metodologia para o reconhecimento do ativo intangível:

Ativo	R\$	Prazo esperado de amortização
Licença MEC	215.792	Indefinido
O ativo intangível Licença MEC foi avaliado utilizando a metodologia de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), que considera os benefícios econômicos futuros projetados e os traz a valor presente por meio de uma taxa de desconto (WACC) de 15,30% ao ano e perpetuidade em 3,5% ao ano, equivalente ao IPCA de longo prazo. Considerando as características do ativo e sua relevância estratégica para a operação da empresa, foi atribuído a ele uma vida útil indefinida, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por tempo indeterminado, em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. Saída de caixa líquida na aquisição da FAPI:		
Preço de Aquisição	185.090	
Parcela retida	(23.834)	
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(3.340)	
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	157.916	

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia: O resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 incluiu receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela FAPI, a partir de junho de 2024, uma vez que a transação de aquisição dessa investida se concretizou em 12 de junho de 2024. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde junho de 2024 inclui o valor de receitas líquidas gerado pela FAPI de R\$18.795. A FAPI também contribuiu com o lucro de R\$7.747 no mesmo período. Caso a aquisição da FAPI fosse em 1 de janeiro de 2024, a receita líquida seria de R\$26.602, com prejuízo no período de R\$12.440. **Cláusulas de reembolso de contingências:** A Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da FAPI.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	-	141
Banco conta movimento	2.101	3.714	8.374	10.355
Equivalentes de caixa	43.581	55.216	799.873	544.835
Total	45.682	58.930	808.247	555.331

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem liquidez inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações de renda fixa estão concentradas em operações de CDB e compromissadas, substancialmente indexadas à variação de 90% a 101,5% do CDI (95% a 103% do CDI em 31 de dezembro de 2024). Tais operações estão contratadas com instituições financeiras nacionais que possuem *rating* correspondente a AAA, divulgadas pelas três principais agências de risco.

7. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mensalidades (i)	91.827	88.027	269.492	258.696
Crédito universitário (ii)	15.169	15.985	138.438	115.088
Acordos em andamento (iii)	16.887	12.980	86.679	65.863
Cartões a receber (iv)	5.844	8.980	24.326	17.707
FIES a receber (v)	263	658	8.846	14.945
Outras contas a receber	-	388	134	389
Subtotal	129.990	127.018	527.915	472.688
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (vi)	(67.585)	(65.578)	(244.629)	(234.726)
Ajuste a valor presente	(2.021)	(2.305)	(22.214)	(18.258)
Total	60.384	59.135	261.072	219.704
Circulante	54.572	55.665	204.074	191.012
Não circulante	5.812	3.470	56.998	28.692

(i) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino. (ii) Compreende às mensalidades a receber objeto de financiamento próprio (Creducsul) e privado (Pravaler). (iii) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões (crédito e débito) ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento. (iv) Cartões a receber é representado por valores de mensalidades pagos com cartões de crédito. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia e suas Controladas anteciparam R\$57.561 do saldo a receber de cartão de crédito. (v) O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa. Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentando o fiador ou que o aluno opte pelo Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies), um fundo administrado pela CEF com finalidade de compartilhar o risco em operações de crédito educativo. O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagarem a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme o reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros. (vi) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para financiamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada caixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber conforme as diretrizes do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 31/12/2023	109.773	109.773	344.323	344.323
Constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	47.120	47.120	172.492	172.492
Combinação de negócios	-	-	623	623
Baixa contra contas a receber (i)	(91.315)	(91.315)	(282.712)	(282.712)
Saldos em 31/12/2024	65.578	65.578	234.726	234.726
Constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	42.229	42.229	127.425	127.425
Baixa contra contas a receber (i)	(40.222)	(40.222)	(117.522)	(117.522)
Saldos em 31/12/2025	67.585	67.585	244.629	244.629

(i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 1 ano o título é baixado, bem como a respectiva provisão para perdas. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando da sua realização. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas revisaram os percentuais de perdas por faixa de vencimento. Não houve variação estatisticamente relevantes nos percentuais de perdas comparado com exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os resultados permaneceram consistentes com o histórico e com as premissas da matriz de provisão. Assim, para 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve os percentuais de perda, uma vez que as análises quantitativas e qualitativas não apontaram deterioração no risco de crédito. A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	% 31/12/2024	31/12/2025	% 31/12/2024
A vencer	24.238	18%	27.769	21%
Crédito universitário	13.672	11%	14.143	11%
Acordos em andamento	4.308	3%	3.054	2%
Cartões a receber	5.844	4%	8.980	7%
FIES a receber	263	0%	658	1%
Mensalidades a receber	151	0%	546	0%
Outras contas a receber	-	0%	388	0%
Vencidos	105.572	82%	99.249	79%
Até 180 dias	67.185	52%	63.338	50%
Acima de 180 dias	38.567	30%	35.911	29%
Total	129.990	100%	127.018	100%

8. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre aplicação financeira	1.986	426	16.722	6.846
INSS a recuperar	-	-	2.358	2.358
IR/CS saldo negativo	-	-	517	2.930
IRRF sobre folha de pagamento	-	6	45	56
Demais impostos a recuperar	121	32	1.946	404
Total	2.107	464	21.588	12.594
Circulante	2.107	464	19.396	12.594
Não circulante	-	-	2.192	-

9. Outros créditos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo indenizatório sobre provisão de contingência e despesas recuperáveis (i)	85	-	40.706	75.899
Adiantamentos a fornecedores	11.255	16.156	28.191	28.058
Adiantamentos a funcionários	207	209	2.449	2.456
Dividendos a receber (ii)	99.927	42.949	-	-
Outros	3.054	2.691	13.718	9.594
Total	114.528	62.005	85.064	116.007
Circulante	114.325	60.666	44.279	88.582
Não circulante	203	1.339	40.785	27.425

(i) Conforme o contrato de compra e venda da CEUNSP, Módulo, Unipê, Braz Cubas, CESPO e FAPI, existem garantias atreladas aos processos proventuais judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo

reembolsados os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 20.4. A redução, comparado com 31 de dezembro de 2024, está atrelada à compensação com a rubrica "Obrigações por aquisições de participações societárias" (Nota 21), referente às aquisições da Unipê (R\$11.452) e CESPO (R\$22.070) pela SECID e referente a aquisição da FAPI (R\$24) pela CESPO, totalizando o montante de R\$33.546. (ii) Dividendos a receber das controladas ACEF e SECID (Nota 18.1).

10. Investimentos: 10.1. Movimentação dos investimentos:

	Módulo	UDF	Unicid	Unifran	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	27.233	147.110	412.809	446.547	55	1.033.754
Equivalência patrimonial	(8.589)	25.813	183.806	120.333	-	321.363
Amortização de mais valia (i)	-	-	(511)	(449)	-	(960)
Equivalência patrimonial total	(8.589)	25.813	183.295	119.884	-	320.403
Aumento de capital (Nota 18)	8.453	-	172.252	45.130	-	225.835
Distribuição de lucros	-	(27.236)	(53.945)	(176.297)	-	(257.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.097	145.687	714.411	435.264	55	1.322.514
Equivalência patrimonial	(5.001)	28.334	331.635	173.323	-	528.291
Amortização de mais valia (i)	-	-	(511)	(449)	-	(960)
Equivalência patrimonial total	(5.001)	28.334	331.124	172.874	-	527.331
Baixas de acervo	-	-	-	-	(11)	(11)
Aumento de capital (Nota 18)	6.180	-	218.057	-	-	224.237
Distribuição de lucros	-	(20.000)	(78.763)	(41.164)	-	(139.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.276	154.021	1.184.829	566.974	44	1.934.144
Saldo patrimonial das controladas	19.250	110.770	1.035.952	450.194	-	1.696.966
Ágio	9.026	43.251	126.789	107.924	-	246.990
Mais valia	-	-	22.088	8.856	-	30.944

Saldo em 31 de dezembro de 2025

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios, reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

11. Imobilizado: 11.1. Controladora:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2025
Custo									
Acervo bibliográfico	13.693	1	(5)	-	13.689	-	(454)	-	13.235
Equipamentos de informática	31.858	821	(156)	-	32.523	1.227	(105)	-	33.645
Máquinas e equipamentos (ii)	51.945	2.449	(442)	-	53.952	3.032	(415)	-	56.569
Móveis e utensílios	27.577	1.068	(17)	-	28.628	845	(388)	-	29.885
Instalações	3.004	41	-	-	3.045	-	-	-	3.045
Benefitorias em propriedades de terceiros	83.933	3.180	-	5.829	92.942	397	-	9.543	102.882
Imobilizações em andamento (i)	485	9.014	-	(5.829)	3.670	9.734	-	(9.543)	3.861
Outras imobilizações	6.811	590	(743)	-	6.658	2.863	(1.389)	-	8.132
	219.306	17.164	(1.363)	-	235.107	18.098	(2.751)	-	250.454
Depreciação									
Acervo bibliográfico	-	(10.905)	(509)	-	(11.414)	(442)	456	-	(11.400)
Equipamentos de informática	-	(26.545)	(2.319)	155	(28.709)	(2.021)	100	-	(30.630)
Máquinas e equipamentos	-	(24.851)	(3.045)	378	(27.518)	(3.156)	199	-	(30.475)
Móveis e utensílios	-	(16.060)	(1.722)	5	(17.777)	(1.813)	140	-	(19.450)
Instalações	-	(2.473)	(63)	-	(2.536)	(65)	-	-	(2.601)
Benefitorias em propriedades de terceiros	-	(20.805)	(10.019)	-	(30.824)	(10.609)	-	-	(41.433)
Outras imobilizações	-	(2.848)	(1.100)	473	(3.475)	(1.323)	923	-	(3.875)
	(104.487)	(18.777)	1.011	-	(122.253)	(19.429)	1.818	-	(139.864)
	114.819	(1.613)	(352)	-	112.854	(1.331)	(933)	-	110.590

(i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica "Benefitorias em propriedades próprias e de terceiros" e depreciados conforme contrato de locação. (ii) O grupo de máquinas e equipamentos corresponde à modernização nos equipamentos para laboratórios e audiovisuais.

11.2. Consolidado:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2025
Custo									
Terenos	80.390	-	-	-	80.390	-	-	-	80.390
Prédios	104.058	-	-	-	104.058	-	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	78.208	48	(6)	-	78.250	28	(1.635)	-	76.643
Equipamentos de informática	129.844	6.881	(702)	-	136.079	2.543	(1.015)	-	137.607
Máquinas e equipamentos (ii)	199.072	12.745	(742)	-	211.075	12.283	(2.125)	-	222.216
Móveis e utensílios	112.754	5.155	(295)	3	117.617	4.639	(1.590)	-	120.666
Instalações	29.364	41	-	-	29.405	173	(1)	-	29.577
Benefitorias em propriedades de terceiros	348.497	11.863	(2.360)	34.576	392.576	1.335	(760)	38.954	432.105
Imobilizações em andamento (i)	8.602	38.969	(31)	(34.579)	12.961	52.833	-	(38.954)	26.840
Outras imobilizações	14.3								

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. **Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados:** As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme a seguir:

Premissas	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto (i)	16,54%	14,05%
Período de projeção (ii)	5 anos	5 anos
Crescimento de alunos (iii)	6,2%	2,0%
Crescimento na perpetuidade (iv)	3,5%	3,6%
Crescimento da receita (v)	11,5%	7,2%

(i) A taxa de desconto (WACC) foi calculada considerando o custo do capital próprio e o custo da dívida, ponderados pela proporção de cada um na estrutura de capital da Companhia sem considerar os efeitos fiscais. (ii) As projeções devem abranger, como regra geral, o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique, fundamentadamente, um período mais longo. (iii) Crescimento na captação de alunos na EaD e no Presencial em 6,2% entre 2026 e 2030. (iv) Taxa de perpetuidade de 3,5% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dadas

14. Debêntures: 14.1. Composição:

Modalidade	Emissão	Série	Encargos financeiros	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures - ACEF (i)	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	135.409	136.026
Debêntures - ACEF	3ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	60.120	87.161
Debêntures - SECID (ii)	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,40 a.a.	-	-	-	325.393
Debêntures - SECID (ii)	3ª	1ª	Taxa CDI + 1,54 a.a.	-	-	-	176.591
Debêntures - ACEF	5ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	-	-	298.754	298.237
Debêntures - CSE	2ª	1ª	Taxa CDI + 1,35 a.a.	318.270	-	318.270	-
Debêntures - CSE	3ª	1ª	Taxa CDI + 0,90 a.a.	301.093	-	301.093	-
Debêntures - CSE	3ª	2ª	Taxa CDI + 1,10 a.a.	250.869	-	250.869	-
				870.232		1.364.515	1.023.408
						129.437	172.311
						1.235.078	851.097

(i) No dia 16 de junho de 2025, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão da ACEF aprovou a implementação do repêlimento de dívida (renegociação para alongamento de prazo), alterando o vencimento para o dia 24/06/2030. O repêlimento faz parte da estratégia de gestão de capital ativa da Companhia. (ii) No dia 11 de dezembro de 2025, foram resgatadas antecipadamente a 2ª e 3ª emissão de debêntures da SECID, as quais foram integralmente liquidadas com recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da CSED. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as características a seguir.

Empresa	Emissão	Série	Data da emissão	Vencimento	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal e juros	Garantias
ACEF	2ª	Única	24/09/2018	24/06/2030	3.000	100	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(i)
ACEF	3ª	Única	23/12/2019	23/12/2026	155.000	1	155.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(ii)
ACEF	5ª	Única	27/06/2024	27/06/2029	300.000	1	300.000	Semestral (Jun. e Dez.)	(iii)
CSE	2ª	Única	05/02/2025	05/02/2030	300.000	1	300.000	Semestral (Fev. e Ago.)	(iv)
CSE	3ª	1ª	15/11/2025	15/11/2030	300.000	1	300.000	Nov. 29 e Nov. 30	(v)
CSE	3ª	2ª	15/11/2025	15/11/2032	250.000	1	250.000	Nov. 31 e Nov. 32	(v)

(i) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade de Santa Rita e CESUCA decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (b) eventual fração, se houver necessidade de complemento do valor mínimo, dos direitos creditórios da titularidade da Companhia, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (c) alienação fiduciária das ações de Santa Rita e Veritas; (d) alienação fiduciária das quotas de Santa Tereza, São Bento e CESUCA; e (e) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (ii) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (a) alienação fiduciária das quotas da Braz Cubas; (b) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Braz Cubas decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; e (c) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures. (iii) A Companhia, é a fiadora do contrato, e obrigando-se, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela emissora, até a final liquidação das debêntures. (iv) Garantia fidejussória, onde a UDF, ACEF, Módulo e SECID atuam como fiadoras, comprometendo-se a pagar todas as obrigações da emissora caso ela não consiga cumprir. Essas entidades garantem o pagamento integral dos valores devidos, incluindo encargos moratórios e custos adicionais, até a liquidação completa das debêntures. **14.2. Cláusulas restritivas (Covenants):** As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. Para a 2ª, 3ª e 5ª emissão da ACEF e para a 2ª e 3ª emissão da CSE, o resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA Ajustado deverá ser igual ou inferior a 3,0x, descontados de todos os impactos do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de medição de 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

14.3. Movimentação:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	843.947
Novas captações (i)	-	473.250
Custo de captação	-	(3.676)
Pagamento de juros	-	(118.127)
Pagamento de principal	-	(284.375)
Apropriação dos juros	-	111.199
Amortização do custo	-	1.190
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	1.023.408
Novas captações (ii)	850.000	850.000
Custo de captação	(3.749)	(3.749)
Custo de repêlimento (iii)	-	(953)
Pagamento de juros	(19.266)	(169.207)
Pagamento de principal	-	(523.375)
Apropriação dos juros	42.964	185.266
Amortização do custo	283	3.125
Saldos em 31 de dezembro de 2025	870.232	1.364.515

(i) Captação da 3ª emissão da SECID no valor de R\$175.250 e da 5ª emissão da ACEF no valor de R\$300.000, nos dias 12 de abril de 2024 e 27 de julho de 2024, respectivamente. (ii) Captação da 2ª emissão da CSE no valor de R\$300.000, no dia 05 de fevereiro de 2025 e captação da 3ª emissão da CSE no valor de R\$550.000, no dia 15 de novembro de 2025. (iii) Custo de repêlimento da 2ª emissão de debêntures da ACEF (alongamento do prazo da dívida). Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de vencimento era o seguinte:

Ano	2º emissão			3º emissão			Conso- lidado
	ACEF	ACEF	CSE	CSE	CSE	CSE	
2026	331	60.120	48.754	18.270	869	1.093	129.437
2027	39.051	-	100.000	-	-	-	139.051
2028	39.051	-	100.000	120.000	-	-	259.051
2029	39.051	-	50.000	120.000	-	150.000	359.051

Acima de 2029 17.925 - - 60.000 250.000 150.000 477.925

135.409 60.120 298.754 318.270 250.869 301.093 1.364.515

15. Arrendamentos: O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e do direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento. Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	10,51%
6 anos	11,27%
9 anos	10,40%
Mais de 10 anos	10,04%

15.1. Movimentação do direito de uso:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(14.788)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	6.366	53.181
Depreciação no exercício	(39.970)	(133.254)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	265.834	907.740
Direito de uso	492.417	1.620.762
(-) Depreciação acumulada	(226.583)	(713.022)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	265.834	907.740

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	334.150	1.129.737
Adição por combinação de negócios - FAPI	-	7.375
Adição de novos contratos/Alterações contratuais	7.608	19.098
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(23.436)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	(3.996)	(2.723)
Depreciação no exercício	(38.324)	(127.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601
Direito de uso	468.052	1.583.244
(-) Depreciação acumulada	(186.614)	(580.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	299.438	1.002.601

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

sua experiência e capacidade de gestão na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente. (v) Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças. **Análise de sensibilidade das premissas:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de um ponto percentual na taxa de desconto e não foi identificado, em nenhuma das UGCs, a necessidade de ajuste ao valor recuperável. Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

13. Fornecedores:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	29.309	18.253
Provisão de fornecedores (i)	11.149	5.412
Repasse de polos	23.999	18.130
Total	64.457	41.795

(i) A provisão reconhecida no exercício de 2025 apresentou aumento em relação ao exercício anterior em função do reconhecimento de serviços prestados ao longo de 2025, cujas notas fiscais tiveram seu registro sistêmico efetuado apenas em 2026. Em observância ao regime de competência, os valores correspondentes foram devidamente provisionados no exercício de 2025.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	29.309	18.253
Provisão de fornecedores (i)	11.149	5.412
Repasse de polos	23.999	18.130
Total	64.457	41.795

(i) A provisão reconhecida no exercício de 2025 apresentou aumento em relação ao exercício anterior em função do reconhecimento de serviços prestados ao longo de 2025, cujas notas fiscais tiveram seu registro sistêmico efetuado apenas em 2026. Em observância ao regime de competência, os valores correspondentes foram devidamente provisionados no exercício de 2025.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	29.309	18.253
Provisão de fornecedores (i)	11.149	5.412
Repasse de polos	23.999	18.130
Total	64.457	41.795

15.2. Movimentação do passivo de arrendamento:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2024	387.250	1.226.618
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(16.642)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	6.366	53.181
Contraprestação paga	(72.591)	(227.771)
Apropriação de encargos financeiros	37.436	115.219
Saldo em 31 de dezembro de 2025	358.461	1.150.605
Circulante	44.483	149.215
Não circulante	313.978	1.001.390

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	409.730	1.325.883
Adição por combinação de negócios - FAPI	-	7.375
Adição de novos contratos/Alterações contratuais	7.608	19.098
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(30.343)
Remensuração decorrente dos ajustes por inflação corrente (i)	(3.996)	(2.723)
Contraprestação paga	(65.787)	(215.435)
Apropriação de encargos financeiros	39.695	122.763
Saldo em 31 de dezembro de 2024	387.250	1.226.618
Circulante	39.053	128.610
Não circulante	348.197	1.098.008

(i) Remensuração apurada com base em índice de inflação previsto, apurando a nova prestação mensal para contratos que tiveram aniversário no período. As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento, considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, do início do contrato ou de sua eventual modificação de escopo. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas registraram, segundo o regime de competência, diretamente no resultado o montante de R\$1.641 (R\$2.254 em 31 de dezembro de 2024) relacionado aos contratos que não atendem as premissas para a capitalização como direito de uso da norma (ausência do controle substancial do bem). Além dos valores apresentados acima, a Companhia e suas controladas possuem três contratos de arrendamento que contêm termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional. Alguns dos membros do grupo de controle da Companhia detêm participação majoritária das sociedades Motriz Participações Ltda., HG Cruzeiro do Sul Empreendimentos e Participações S.A. e FP Incorporadora Ltda., que são proprietárias de imóveis locados pela Companhia e suas controladas. Os valores envolvidos no âmbito dos referidos contratos de locação representaram em 31 de dezembro de 2025 R\$109.009 (R\$130.853 em 31 de dezembro de 2024) de direito de uso e R\$137.972 (R\$159.348 em 31 de dezembro de 2024) de passivo de arrendamento. **15.3. Maturidade dos contratos:** Os saldos de arrendamento a pagar, relacionados aos compromissos futuros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Até um ano	78.481	76.252
Um ano até cinco anos	322.969	335.517
Cinco anos até dez anos	109.371	159.702
Dez anos até quinze anos	-	4.810
Juros embutidos	(152.360)	(189.031)
	358.461	387.250

15.4. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício: A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas "Custos" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tais impactos alcançam os valores de R\$133.254 (R\$127.450 em 31 de dezembro de 2024) e R\$115.219 (R\$122.763 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente. **15.5. Ofício circular CVM nº 02/2019:** Em atendimento ao pedido ofício, a Companhia e suas controladas apresentam os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação e amortização considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal, cujas taxas referenciais são atualizadas com base nas informações da B3.

	31/12/2025				
	Consolidado				
	De 2027	De 2032	De 2037		
	2025	2026	até 2031	até 2036	até 2041
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1.150.605	1.001.389	476.846	168.829	-
Fluxo com projeção de inflação	1.150.605	1.040.690	637.155	282.376	-
Variação	3,92%	33,62%	67,26%	0,00%	

	31/12/2025				
	Consolidado				
	De 2027	De 2032	De 2037		
	2025	2026	até 2031	até 2036	até 2041
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	907.740	773.639	311.841	94.574	-
Fluxo com projeção de inflação	907.740	811.709	453.809	187.326	-
Variação	4,92%	45,53%	98,07%	0,00%	
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	102.562	333.767	134.746	25.352	-
Fluxo com projeção de inflação	105.648	396.686	202.264	45.962	-
Variação	3,01%	18,85%	50,11%	81,30%	
Direito de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06 (R2)	1				

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia outorgou 7.022.790 *units* (1.020.195 na 1ª outorga, em 16 de dezembro de 2022, 2.409.825 na 2ª outorga, em 16 de agosto de 2022, 2.095.286 na 3ª outorga, em 06 de setembro de 2024 e 1.497.484 na 4ª outorga, em 22 de abril de 2025). O programa de PPR Diferido representa 70% das *units* concedidas, no qual a quantidade de *units* de referência para o pagamento em caixa varia conforme o *Total Shareholder Return* (TSR), que deverá ser analisado de duas maneiras: i) comparado a um custo de capital próprio estimado; e ii) comparado com o retorno das ações de um grupo definido de empresas do mesmo setor. Em 31 de dezembro de 2025 o valor do passivo correspondente a esse prêmio está registrado no passivo não circulante na rubrica "Obrigações trabalhistas", e sua contrapartida no resultado, na rubrica "Salários e encargos sociais", no montante de R\$11.906 (R\$4.399 em 31 de dezembro de 2024). **18.5.1. Programa de Incentivo de Longo Prazo - Phantom Shares:** O programa de *Phantom Shares* contempla o direito sobre as *units*, cuja concessão (*grant date*) foi aprovada e registrada em ata da reunião do Conselho de Administração ocorrida em 10 de fevereiro de 2022. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa referente às *units*, os beneficiários devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos (por outorga). O valor da *unit* é definido com base na média ponderada pelo volume dos preços da ação CSED3 (VWAP) na B3, nos 45 pregões anteriores à data da primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorreu no ano de 2025 (1ª outorga), e ocorrerão nos anos de 2026 (2ª outorga), 2027 (3ª outorga) e 2028 (4ª outorga). **18.5.2. Programa de Incentivo de Longo Prazo - PPR Diferido:** O objetivo do programa PPR Diferido é alinhar os interesses dos beneficiários com os da Companhia no longo prazo, para garantir a perenidade do negócio e dos resultados alcançados. As regras para cálculo do valor da *unit* são idênticas às do programa de *Phantom Shares*. Para adquirir o direito de receber o pagamento em caixa das *units*, os beneficiários também devem permanecer na Companhia por um período de 3 anos. Adicionalmente, o programa estabelece uma meta para distribuição de resultados em caixa com base no *Total Shareholder Return* (TSR), que é o ganho percentual do retorno total do capital investido pelo acionista, calculado pela variação do valor da *unit* e adicionados os dividendos distribuídos. O percentual de atingimento das metas, comparado com a performance de mercado de certas partes da Companhia, determinará o valor do incentivo de longo prazo a ser distribuído aos beneficiários. Logo, o PPR Diferido, além de incentivar a permanência do beneficiário nos quadros da Companhia, alinha os pagamentos do programa com a criação de valor para os acionistas. A Companhia mensura os seus respectivos valores justos tomando como base o valor justo dos instrumentos baseados em ações concedidas, pois não consegue mensurar o valor dos serviços recebidos pelos participantes. Para determinação do valor justo dos instrumentos, utilizou-se o método de simulação de Monte Carlo para precificação de ativos, considerando que a ação siga um processo estocástico de Wiener Generalizado com o Lema de Itô, também conhecido como Movimento Browniano. A tabela seguinte apresenta o movimento ocorrido no Plano de Incentivo de Longo Prazo no exercício de 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Consolidado

Quantidade de units em 31 de dezembro de 2023	3.035.335
Canceladas	(1.184.171)
Concedidas (3ª Outorga)	2.095.286
Quantidade de units em 31 de dezembro de 2024	3.946.550
Canceladas	(2.163.782)
Exercidas (1ª Outorga) (i)	(333.316)
Concedidas (4ª Outorga)	1.497.484
Quantidade de units em 31 de dezembro de 2025	2.946.836

(i) Pago no dia 01 de maio de 2025, no valor de R\$1.319.19. Adiantamentos de clientes:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de mensalidades (i)	14.643	13.767
Adiantamentos do centro de eventos (ii)	1	-
Total	14.644	13.767
Circulante	14.644	13.767

(i) Mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência. (ii) Adiantamentos de clientes recebidos antecipadamente para a realização de eventos no espaço de nossos campus. Esses valores são reconhecidos no momento da realização do evento. **20. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a demandas de natureza cível, tributária e trabalhista, decorrentes tanto de questões administrativas quanto judiciais. A administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, classifica a probabilidade de perda conforme diretrizes estabelecidas pelas normas contábeis e política da Companhia, sendo provisionados os casos em que a perda é considerada provável. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contingências estão provisionadas relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	4.021	3.717
Processos tributários	-	2.090
Processos trabalhistas	5.403	2.174
Total	9.424	7.981

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita a seguir.

	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.338	1.855	2.796	7.989
Adições	1.218	-	3.366	4.584
Reversões	(372)	-	(653)	(1.025)
Pagamentos	(906)	-	(3.514)	(4.420)
Atualização monetária	439	235	179	853
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.717	2.090	2.174	7.981
Adições	1.117	-	5.359	6.476
Reversões	(558)	(521)	(1.100)	(2.179)
Pagamentos	(698)	(1.581)	(1.294)	(3.573)
Atualização monetária	443	12	264	719
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.021	-	5.403	9.424

	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.851	6.297	42.774	60.922
Combinação de negócios - Fapi	378	1.325	41	1.744
Saldos com combinação de negócios	12.229	7.622	42.815	62.666
Adições	4.046	-	12.571	16.617
Reversões	(1.976)	(1.325)	(3.513)	(6.814)
Pagamentos	(4.039)	-	(14.654)	(18.693)
Atualização monetária	953	296	1.226	2.475
Processos ex-mantenedor	(31)	1.453	(1.382)	40
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.182	8.046	37.063	56.291
Adições	4.137	95	16.335	20.567
Reversões	(1.982)	(521)	(7.061)	(9.564)
Pagamentos	(3.669)	(2.644)	(7.240)	(13.553)
Atualização monetária	1.010	537	1.760	3.307
Processos ex-mantenedor	594	(1.364)	3.464	2.694
Saldos em 31 de dezembro de 2025	11.272	4.149	44.321	59.742

20.1. Processos cíveis com perda provável: A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$11.272 em 31 de dezembro de 2025 (sendo R\$11.182 em 31 de dezembro de 2024). As ações classificadas com risco provável envolvem, principalmente, pedidos de indenização relacionados a falhas na prestação de serviços, decorrentes de alegações de cobrança indevida, por reajuste de mensalidades, descumprimento de oferta, lançamento de descontos, cancelamentos contratuais, programas de financiamento, bem como supostos vícios na prestação de serviços acadêmicos e operacionais, tais como disponibilização de disciplinas, aproveitamento de estudos, questões envolvendo matrícula, entrega de documentos e colação de grau, totalizando prováveis perdas no montante de R\$10.253 em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.751 em 31 de dezembro de 2024). **20.2. Processos tributários com perda provável:** A Administração realizou o levantamento e avaliação das várias ações de natureza jurídica e administrativa tributária. Para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$4.149 em 31 de dezembro de 2025 (sendo R\$8.046 em 31 de dezembro de 2024). Entre as ações que possuem risco provável, há casos em que os objetos se referem a assuntos pré-aquisição de controlada pela Companhia, de modo que a responsabilidade dos ex-proprietários está garantida contratualmente. Dessas ações, destaca-se uma contra a Braz Cubas, com valor provisionado de R\$3.887, movida pela União, em que se discute o pagamento da multa de 40% do FGTS diretamente aos empregados, em acordos judiciais ou extrajudiciais, em desconformidade com a legislação, que determina o seu depósito nas contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a ausência de recolhimento da contribuição rescisória de 10% por ocasião da dispensa sem justa causa de trabalhadores durante a gestão dos antigos acionistas. **20.3. Processos trabalhistas com perda provável:** A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza trabalhista, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$44.321 em 31 de dezembro de 2025 (sendo R\$37.063 em 31 de dezembro de 2024). Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, reclamações movidas por ex-colaboradores relacionadas a diferenças salariais, horas extras, redução de jornada de trabalho, garantias, estabilidade de emprego, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatícios, totalizando prováveis perdas no montante de R\$40.463 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 34.094 em 31 de dezembro de 2024). Nenhuma dessas ações são, isoladamente, relevantes para serem destacadas. **20.4. Contingências prováveis sobre processos de ex-proprietários:** Parte dos processos das controladas refere-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia. São então contingências de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, limitada ao dever de indenizar. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nos processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento. As eventuais perdas definitivas nesses processos serão apuradas e lançadas em conta gráfica para os ressarcimentos, bem como poderão ser compensadas, inclusive, com retenção de pagamentos advindos de contratos de locação celebrados com os ex-proprietários, respeitados os limites e as condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes.

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	11.272	4.311	4.262
Processos tributários	4.149	4.149	4.047
Processos trabalhistas	44.321	25.203	25.053
Total	59.742	33.663	33.362

20.5. Processos com perda possível: A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não são provisionados conforme apresentado a seguir.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	10.450	7.928
Processos tributários	218.261	213.290
Processos trabalhistas	7.192	6.696
Total	235.903	227.914

20.5.1. Processos cíveis com perda possível: A Administração realizou o levantamento e avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$50.234 (R\$41.771 em 31 de dezembro de 2024). As ações classificadas com risco possível envolvem, principalmente, pedidos de indenização relacionados a falhas na prestação de serviços, decorrentes de alegações de cobrança indevida, por reajuste e redução de mensalidades, descumprimento de oferta, lançamento de descontos, cancelamentos contratuais, programas de financiamento, bem como supostos vícios na prestação de serviços acadêmicos e operacionais, tais como disponibilização de disciplinas, aproveitamento de estudos, questões envolvendo matrícula, entrega de documentos, extinção de curso e turmas, colação de grau, estágios, provas e faltas, totalizando prováveis perdas no montante de R\$41.227 em 31 de dezembro de 2025 (R\$35.001 em 31 de dezembro de 2024). **20.5.2. Processos tributários com perda possível:** A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza jurídica e administrativa tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$279.655 em 31 de dezembro de 2025 (R\$280.924 em 31 de dezembro de 2024). Entre os vários processos tributários com risco de perda possível, podemos destacar os descritos a seguir. Há processos movidos pela Prefeitura do Municipal de São Paulo contra a Controladora, discutindo o cumprimento dos requisitos básicos para a manutenção da imunidade tributária dos períodos de 2008 a 2011, totalizando o valor de R\$176.228. A instituição apresentou defesa em todos os processos, além de garantir integralmente o juízo por meio de seguro garantia. Entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, foi apurado uma variação no importe de R\$2.031 correspondente à atualização monetária do período. A Controladora é parte em dois processos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil que discutem supostos não recolhimentos de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento referente aos exercícios de 2008 a 2011, decorrentes da inclusão, pela Fiscalização, de receitas consideradas não abrangidas pela isenção prevista na Lei nº 11.096/2005 (Prouni), bem como de receitas financeiras na base de cálculo das contribuições. Ambos os processos aguardam julgamento de Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o montante de R\$ 20.841. Há processos administrativos instaurados pela Receita Federal em face da ACEF discutindo principalmente verbas que integram a base de cálculo para o recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outras, somando ao risco possível o valor de R\$16.652. A controlada apresentou defesa em todos os processos e aguarda decisão final na esfera administrativa. Há uma execução fiscal ajuizada pela União Federal em face da CESPO em 2019, visando à cobrança de contribuições previdenciárias relativas a obras realizadas nos espaços de eventos da Controlada, cujo valor de risco totaliza o montante de R\$ 10.439. A execução está garantida por meio de penhora de imóvel. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso de apelação. A Receita Federal instaurou autos de infração em face da Braz Cubas, os quais discutem supostas infrações às normas do Prouni, com a consequente não aplicação da isenção de COFINS, com o lançamento da contribuição do período de 01/2008 a 12/2009. Atualmente aguarda-se o julgamento de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$7.459. Há dois procedimentos administrativos instaurados pela Receita Federal do Brasil em face da Controladora, referentes aos exercícios de 2003 a 2006, nos quais se discute a suposta ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de fatos geradores não declarados em GFIP. Atualmente os processos aguardam julgamento de Recurso Voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), totalizando o valor de R\$ 6.602. Há uma execução fiscal ajuizada pela União Federal em face da Controladora para cobrança de COFINS referente ao período de janeiro/1996 a janeiro/1999, cujo valor em discussão, classificado como risco possível, é de R\$ 6.373. Adicionalmente, em determinados contratos de locação imobiliária, há discussões em curso, no Judiciário, referentes à majoração de IPTU retroativo. Caso venham a ser julgados de forma desfavorável ao proprietário do imóvel, por força da obrigação contratual da locação, a locatária arcará com a eventual condenação, atualmente estimada pelos consultores jurídicos com perda possível de R\$2.277. **20.5.3. Processos trabalhistas com perda possível:** A Administração realizou o levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$47.136 (R\$62.108 em 31 de dezembro de 2024). Os processos trabalhistas envolvem, principalmente, reclamações movidas por ex-colaboradores relacionadas a diferenças salariais, horas extras, indenização, garantias e estabilidade de emprego, totalizando prováveis perdas no montante de R\$44.136 em 31 de dezembro de 2025 (R\$55.983 em 31 de dezembro de 2024). **20.5.4. Contingências possíveis sobre processos de ex-proprietários:**

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	50.234	2.177	2.144
Processos tributários	279.655	42.503	25.736
Processos trabalhistas	47.136	12.059	11.602
Total	377.025	56.739	39.482

Nos termos do item 20.4, as contingências relacionadas a fatos geradores anteriores à aquisição são de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, aplicando-se integralmente as garantias contratuais de ressarcimento, inclusive mediante compensação com pagamentos decorrentes de contratos de locação, observados os limites e condições fixados nos contratos de aquisição. **20.6. Depósitos judiciais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	309	320
Processos tributários	7.780	7.243
Processos trabalhistas	2.236	2.808
Total	10.325	10.371

21. Obrigações por aquisições de participações societárias: 21.1. Composição:

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	50.234	2.177	2.144
Processos tributários	279.655	42.503	25.736
Processos trabalhistas	47.136	12.059	11.602
Total	377.025	56.739	39.482

Nos termos do item 20.4, as contingências relacionadas a fatos geradores anteriores à aquisição são de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, aplicando-se integralmente as garantias contratuais de ressarcimento, inclusive mediante compensação com pagamentos decorrentes de contratos de locação, observados os limites e condições fixados nos contratos de aquisição. **20.6. Depósitos judiciais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	309	320
Processos tributários	7.780	7.243
Processos trabalhistas	2.236	2.808
Total	10.325	10.371

21. Obrigações por aquisições de participações societárias: 21.1. Composição:

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	50.234	2.177	2.144
Processos tributários	279.655	42.503	25.736
Processos trabalhistas	47.136	12.059	11.602
Total	377.025	56.739	39.482

Nos termos do item 20.4, as contingências relacionadas a fatos geradores anteriores à aquisição são de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, aplicando-se integralmente as garantias contratuais de ressarcimento, inclusive mediante compensação com pagamentos decorrentes de contratos de locação, observados os limites e condições fixados nos contratos de aquisição. **20.6. Depósitos judiciais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	309	320
Processos tributários	7.780	7.243
Processos trabalhistas	2.236	2.808
Total	10.325	10.371

21. Obrigações por aquisições de participações societárias: 21.1. Composição:

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	50.234	2.177	2.144
Processos tributários	279.655	42.503	25.736
Processos trabalhistas	47.136	12.059	11.602
Total	377.025	56.739	39.482

Nos termos do item 20.4, as contingências relacionadas a fatos geradores anteriores à aquisição são de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, aplicando-se integralmente as garantias contratuais de ressarcimento, inclusive mediante compensação com pagamentos decorrentes de contratos de locação, observados os limites e condições fixados nos contratos de aquisição. **20.6. Depósitos judiciais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	309	320
Processos tributários	7.780	7.243
Processos trabalhistas	2.236	2.808
Total	10.325	10.371

21. Obrigações por aquisições de participações societárias: 21.1. Composição:

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	50.234	2.177	2.144
Processos tributários	279.655	42.503	25.736
Processos trabalhistas	47.136	12.059	11.602
Total	377.025	56.739	39.482

Nos termos do item 20.4, as contingências relacionadas a fatos geradores anteriores à aquisição são de responsabilidade exclusiva dos ex-proprietários, aplicando-se integralmente as garantias contratuais de ressarcimento, inclusive mediante compensação com pagamentos decorrentes de contratos de locação, observados os limites e condições fixados nos contratos de aquisição. **20.6. Depósitos judiciais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	309	320
Processos tributários	7.780	7.243
Processos trabalhistas	2.236	2.808
Total	10.325	10.371

21. Obrigações por aquisições de participações societárias: 21.1. Composição:

	Consolidado	Fato gerador ex-proprietários	Indenizável ex-proprietários (R\$)
Processos cíveis	50.234	2.177	2.144
Processos tributários	279.655	42.503	25.736
Processos trabalhistas	47.136	12.059	11.602
Total	377.025	56.739	39.482

em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é apresentada a seguir.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Acionistas				
Archy LLC (GIC)	132.707.280	36,40%	132.707.280	36,40%
D2HFP - Fundo de Investimento em Ações	85.679.880	23,50%	85.679.880	23,50%
Gamma 1 FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Redmond FIA	42.839.940	11,75%	42.839.940	11,75%
Government of Singapore (GIC)	15.300.000	4,20%	15.300.000	4,20%
Ações em circulação				

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		1.075.996	847.519
Passivo Circulante		705.437	912.162
Liquidez Corrente (>=1)		1,53	0,93

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a debêntures contratadas, contas a pagar a fornecedores, além de contas a pagar por aquisição de participação societária. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto, para as rubricas de "Debêntures", "Obrigações tributárias", "Passivos de arrendamento" e "Obrigações por aquisição de participação societária" não serão conciliados com o balanço patrimonial.

		Controladora			
		31 de dezembro de 2025			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivos financeiros	Nota				
Adiantamento de clientes	19	14.644	—	—	14.644
Debêntures	14	120.628	289.006	411.796	821.430
Fornecedores	13	64.457	—	—	64.457
Obrigações tributárias	17	18.737	—	—	18.737
Passivos de arrendamento	15	78.481	213.799	218.541	510.821
		296.947	502.805	630.337	1.430.089

		Controladora			
		31 de dezembro de 2024			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivos financeiros	Nota				
Adiantamento de clientes	19	13.767	—	—	13.767
Fornecedores	13	41.795	—	—	41.795
Obrigações tributárias	17	16.183	—	—	16.183
Passivos de arrendamento	15	76.252	216.386	283.642	576.280
		147.997	216.386	283.642	648.025

		Consolidado			
		31 de dezembro de 2025			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivos financeiros	Nota				
Adiantamento de clientes	19	63.215	—	—	63.215
Debêntures	14	304.028	622.667	527.974	1.454.669
Fornecedores	13	120.150	—	—	120.150
Obrigações tributárias	17	75.879	53.013	86.174	215.066
Obrigações por aquisição de participação societária	21	17.432	—	42.216	59.648
Passivos de arrendamento	15	251.776	582.846	912.409	1.747.031
		832.480	1.258.526	1.568.773	3.659.779

		Consolidado			
		31 de dezembro de 2024			
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivos financeiros	Nota				
Adiantamento de clientes	19	72.805	—	—	72.805
Debêntures	14	269.116	728.883	270.733	1.268.732
Fornecedores	13	80.765	—	—	80.765
Obrigações tributárias	17	65.412	48.905	103.189	217.506
Obrigações por aquisição de participação societária	21	265.024	16.953	40.887	322.864
Passivos de arrendamento	15	240.461	626.787	1.049.186	1.916.434
		993.583	1.421.528	1.463.995	3.879.106

25.1.6. Gestão do capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e um capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia incluiu na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivos de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa, e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante.

		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (Nota 14)		1.364.515	1.023.408
Passivo de arrendamento (Nota 15)		1.150.605	1.226.618
(=) Total dívida bruta		2.515.120	2.250.026
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)		(808.247)	(555.331)
(=) Total dívida líquida		1.706.873	1.694.695
Patrimônio líquido (Nota 23)		1.590.655	1.470.789
Dívida líquida e patrimônio líquido		3.297.528	3.165.484
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido		107,3%	115,2%

25.2. Valor justo: A Companhia e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações de valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Nível 1 - O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. • Nível 2 - O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, este estará incluído no Nível 2. • Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo. Para o exercício de 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram mensurados pelo custo amortizado, conforme segue:

		Controladora			
		31/12/2024			
		Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	45.682	45.682	58.930	58.930	
Contas a receber (Nota 7)	60.384	60.384	59.135	59.135	
Dividendos a receber (Nota 9)	99.927	99.927	42.949	42.949	
Total	205.993	205.993	161.014	161.014	

		Consolidado			
		31/12/2024			
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos - Custo amortizado					
Debêntures (Nota 14)	873.697	870.232	—	—	
Fornecedores (Nota 13)	64.457	64.457	41.795	41.795	
Passivos de arrendamento (Nota 15)	358.461	358.461	387.250	387.250	
Total	1.296.615	1.293.150	429.045	429.045	

		Controladora			
		31/12/2024			
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	808.247	808.247	555.331	555.331	
Contas a receber (Nota 7)	261.072	261.072	219.704	219.704	
Total	1.069.319	1.069.319	775.035	775.035	

		Consolidado			
		31/12/2024			
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos - Custo amortizado					
Debêntures (Nota 14)	1.374.560	1.364.515	1.037.948	1.023.408	
Fornecedores (Nota 13)	120.150	120.150	80.765	80.765	
Passivos de arrendamento (Nota 15)	1.150.605	1.150.605	1.226.618	1.226.618	
Obrigações por aquisição de participação societária (Nota 21)	49.083	49.083	305.965	305.965	
Total	2.694.398	2.684.353	2.651.296	2.636.756	

		Conselho de Administração			
		Wolfgang Stephan Schwerdtle - Presidente			
		Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	808.247	808.247	555.331	555.331	
Contas a receber (Nota 7)	261.072	261.072	219.704	219.704	
Total	1.069.319	1.069.319	775.035	775.035	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 2.17 e 27):** Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de pessoas físicas (alunos) matriculadas semestralmente nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e colégio. Essas receitas são decorrentes de um grande volume de transações, mas que, individualmente, são de baixo valor, aumentando a importância dos controles internos da Companhia e de suas controladas, incluindo controles e a adequada manutenção de um cadastro atualizado de alunos. Consideramos que o reconhecimento de receita permanece como uma área de foco em nossa auditoria, especialmente quanto ao tema do registro adequado, existência e totalidade da carteira de alunos. Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para o processo de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades. • Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, comprovantes de recebimento, relatórios de frequência e de notas dos alunos, inclusive aqueles matriculados por meio do FIES, para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento

Nas operações que envolvem instrumentos financeiros, a Companhia identificou que apenas as debêntures apresentam diferenças entre o valor contábil e o valor justo, devido à incidência de multas em caso de resgate antecipado. Em conformidade com o IFRS 13/ CPC 46 - Mensuração do valor justo. **26. Imposto de renda e contribuição social - Corrente e diferido: 26.1. Reconciliação da alíquota efetiva:** A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada a seguir.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota fiscal combinada		296.849	144.304	287.019	146.720
Imposto pela alíquota combinada		34%	34%	34%	34%
Principais adições e exclusões:		(100.929)	(49.063)	(97.586)	(49.885)
Despesas não dedutíveis		(3.165)	(1.045)	(2.057)	(2.317)
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido(i)		(11.119)	(4.247)	(9.702)	(11.240)
Equivalência patrimonial		179.293	108.937	—	—
Adicional e PAT		—	—	1.847	1.268
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL		(64.063)	(54.580)	(67.950)	(65.179)
isenção PROUNI (ii)		—	—	181.821	124.939
Incentivo à cultura e ao esporte (iii)		—	—	3.474	—
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício		17	2	9.847	(2.414)
IRPJ e CSLL - Corrente		—	(36)	(10.956)	(13.288)
IRPJ e CSLL - Diferido		17	38	20.803	10.874

(i) As principais exclusões (adições) são principalmente oriundas de: estornos e substituições de determinadas provisões, tais como provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e remuneração variável; e realização de saldo de mais-valia relacionado às combinações de negócios. (ii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas. (iii) Incentivos fiscais - Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte - A Companhia destinou recursos a projetos culturais e esportivos aprovados pelos respectivos órgãos governamentais, conforme previsto na Lei nº 8.313/1991 (Lei Rouanet) e na Lei nº 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte). No exercício encerrado em 2025, foram realizados aportes totais de R\$2.550 em projetos culturais e R\$1.150 em projetos esportivos e paradesportivos devidamente aprovados. Os incentivos foram contabilizados de acordo com as polícas contábeis da Companhia, e os benefícios fiscais correspondentes foram reconhecidos na rubrica de Imposto de Renda, dentro dos limites legais aplicáveis. A Administração confirma que todos os requisitos legais e documentais foram atendidos, e que não há contingências relacionadas aos incentivos recebidos.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
26.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos:					
Controladora		31/12/2025	31/12/2024		
Passivo					
Outras diferenças temporárias do lucro real		—	(17)	—	(17)
Total tributos diferidos, líquidos		—	(17)		
Consolidado		31/12/2025	31/12/2024		
Ativo					
Prejuízos fiscais/Base negativa CSLL (i)		8.076	9.805		
Arrendamento IFRS 16/CPC 06 (R2)		25.989	27.115		
Amortizações mais-valia		32.212	33.183		
Provisão de contingências		5.328	5.690		
Repasse de polos		5.076	—		

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
28. Custos e despesas por natureza:					
Salários e encargos sociais		(156.817)	(161.493)	—	(282.051)
Publicidade e propaganda		—	(145.401)	—	(128.348)
Custos com parceria		(113.991)	—	(113.991)	(96.129)
Despesas com serviços de terceiros		(15.781)	(59.086)	(74.867)	(43.755)
Manutenção e reparos		(29.280)	(26.537)	(55.817)	(22.837)
Despesas com PECLD (Nota 7)		—	(42.229)	—	(47.120)
Depreciação do direito de uso		(38.453)	(1.517)	(39.970)	(1.410)
Gastos prediais		(23.721)	(14.858)	(38.579)	(19.844)
Depreciação e amortização		—	(31.652)	—	(31.079)
Materiais de consumo		(3.675)	(1.456)	(5.131)	(776)
Receitas com aluguéis		—	—	2.514	2.514
Outras receitas (despesas), líquidas (i)		(1.173)	(20.310)	(749)	(22.232)
		(382.891)	(504.539)	1.765	(885.665)

(i) Os valores estão representados, principalmente, ganhos e perdas de processos judiciais e custos pedagógicos.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
29. Resultado financeiro: 29.1. Receitas financeiras:					
Receitas sobre aplicações financeiras		8.589	2.057	94.301	55.540
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades		4.252	2.473	17.481	8.704
Outras receitas, líquidas		(26)	3.511	2.179	11.652
Total das receitas financeiras		12.815	8.041	113.961	75.896
29.2. Despesas financeiras:					
Encargos financeiros sobre debêntures		(42.964)	—	(185.266)	(111.199)
Juros sobre passivo de arrendamento		(37.436)	(39.695)	(115.219)	(122.763)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e encargos financeiros sobre cartões de crédito		(12.346)	(18.329)	(83.744)	(88.843)
Garantias, comissões bancárias e parcelamentos		(6.390)	(6.497)	(30.345)	(26.637)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas		—	—	(12.562)	(40.051)
Ajuste a valor presente		28			

→ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Cruzeiro do Sul Educacional S.A.

consequente impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento dos controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados. • Em conjunto com nossos especialistas em avaliação, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, conforme principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados divulgados nas demonstrações financeiras, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis. • Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa. • Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. • Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas. **Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 2.2 e 26):** A Companhia apresenta registrado no ativo não circulante do Consolidado, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 119.729 mil, considerados recuperáveis com base em projeção de lucros tributáveis futuros. A estimativa de lucros tributáveis futuros requer avaliação de estimativas e julgamentos da administração, bem como interpretação de leis específicas do negócio da Companhia e de suas controladas. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, como também o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. Por esses motivos, mantivemos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: • Revisão da base dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social, e das diferenças temporárias. • Em conjunto com nossos especialistas em avaliação e impostos, avaliamos as principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros apresentadas, incluindo a evolução da receita, custos e despesas, a consistência dessas variáveis com o plano de negócio, as projeções de realização das diferenças temporárias, bem como as projeções de fluxo de caixa. • Testamos os prazos de realização considerados nas análises e os dados históricos das controladas cujos créditos tributários diferidos ativos foram registrados, para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação àquelas utilizadas em exercícios anteriores. Como resultado desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar ser necessário modificações nos valores registrados e informações divulgadas nas demonstrações financeiras. **Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Notas 2.4.1, 7 e 28):** A determinação do montante destinado à provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é uma tarefa que envolve um elevado grau de subjetividade e requer julgamentos consideráveis por parte da administração da Companhia. Esse processo abrange diversas premissas e fatores, como a renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e a análise do ambiente macroeconômico e setorial. A administração da Companhia exerce julgamento sobre a probabilidade de receber as mensalidades futuras dos alunos matriculados. Além disso, devido ao ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não renovam suas matrículas representam um maior risco de perdas nas contas a receber. Nesse contexto, é necessário estabelecer acordos para recuperar créditos vencidos, exigindo julgamentos para determinar a provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Essa avaliação não se limita apenas aos alunos inadimplentes, abrangendo também aqueles que concordaram com acordos para quitar parcelas vencidas, os quais podem não ser integralmente cumpridos. Consideramos esse tema como área de foco para a auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na determinação da provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pode resultar em variações substanciais entre essa estimativa e as perdas reais. Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração

das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. • Em conjunto com nossos especialistas em modelagem financeira para carteira de crédito, avaliamos a razoabilidade dos julgamentos e estimativas críticas adotadas no modelo utilizado pela administração para a determinação da provisão registrada. • Efetuamos, também, testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, bem como avaliamos a razoabilidade das taxas de perdas esperadas estimadas pela administração, por meio do reprocessamento dos dados por ela utilizados, por faixa de vencimento, incluindo a comparação com o efetivamente verificado em períodos anteriores. • Recálculo matemático da perda estimada da carteira, tomando como base a política de provisionamento por faixa de vencimento, definida pela administração. • Confrontamos, por meio de amostragem, as datas de vencimento dos recebíveis informadas na posição dos recebíveis em aberto, por faixa de vencimento com a correspondente documentação suporte. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão dos relatórios e conciliações entre o sistema acadêmico e o sistema em que o faturamento é executado, que inclui o ambiente geral de Tecnologia e Informação (ITGC) representou uma deficiência significativa e, portanto, alterou nossa definição quanto à natureza e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no que se refere às contas contábeis envolvidas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP001160/O-5

Vinicius Ferreira Britto Rego
Contador - CRC 1BA024501/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>